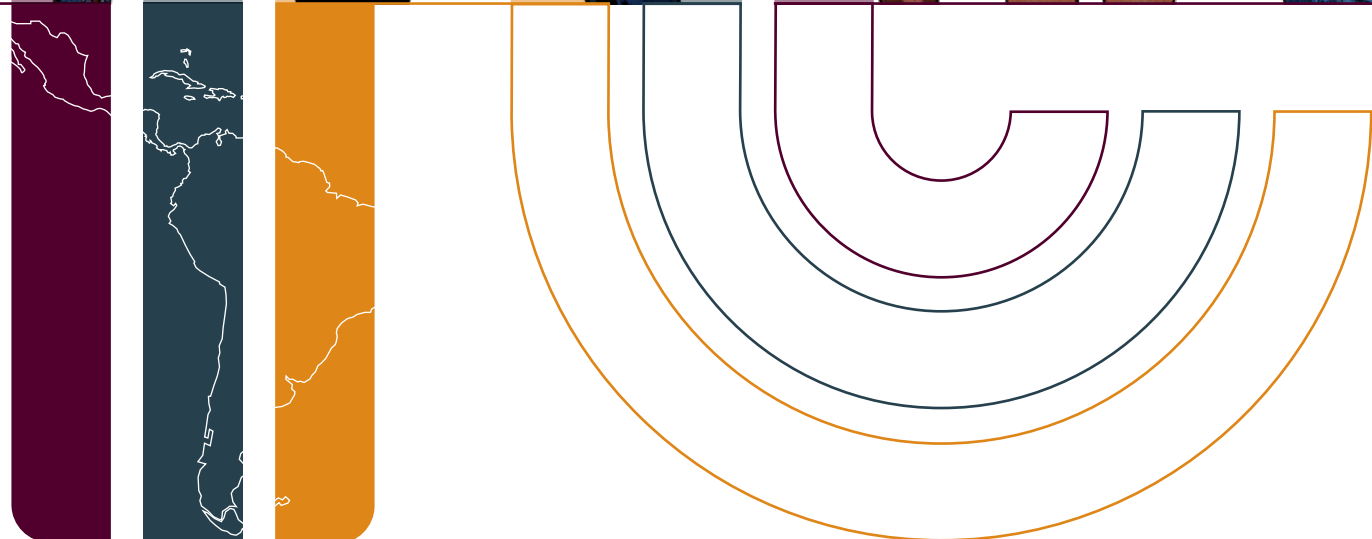


Enfrentando o tabu na América Latina e no Caribe

A sexualidade e os programas transformadores de gênero para tratar o tema dos casamentos e uniões infantis, precoces e forçados

Relatório e estudos de caso





Prefácio

Por que escrever uma versão do relatório *Enfrentando o Tabu para a América Latina e o Caribe?*

Em 2019, o Grupo de Trabalho sobre Sexualidade e Casamentos e Uniões Infantis, Precoces e Forçados (CUIPF) publicou seu principal relatório *Enfrentando o Tabu: a sexualidade e os programas transformadores de gênero para tratar o tema dos casamentos e uniões infantis, precoces e forçados*. O relatório documentou programas em várias regiões do mundo destinados a abordar o vínculo que existe entre o controle da sexualidade de meninas e adolescentes e os CUIPF através de intervenções transformadoras de gênero.¹ Apenas alguns programas da região da América Latina e Caribe (ALC) foram mencionados na pesquisa, portanto, sua representação no relatório não foi suficiente.

Inicialmente, a ideia por trás deste relatório era preencher essa lacuna. Entretanto, os aprendizados derivados do processo foram tão ricos que, além de preencher essa lacuna, este relatório fornece uma visão única sobre como o controle da sexualidade de meninas e adolescentes promove os CUIPF na região, e como as organizações de base comunitária estão abordando a questão de maneiras inovadoras e específicas em cada contexto.

Esperamos que este relatório traga mais atenção e recursos para programas locais transformadores de gênero que abordem as causas fundamentais dos CUIPF e promovam a saúde sexual e reprodutiva e os direitos das meninas e adolescentes, em toda sua diversidade, tanto na ALC como em outras partes do mundo.

Agradecimentos

Este projeto foi apoiado pelo Grupo de Trabalho sobre CUIPF e Sexualidade. Gostaríamos também de agradecer aos escritórios regionais do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e da Plan International e a Universidade da Califórnia, Berkeley por suas contribuições. Nosso agradecimento especial à equipe e participantes das organizações da sociedade civil dos estudos de caso: Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém, Brasil; Núcleo de Apoyo a la Mujer (NAM), República Dominicana; Na'lebak, Guatemala; Associação Bayán, Honduras e Yo quiero, yo puedo no México.

Este é um projeto do Grupo de Trabalho sobre CUIPF e Sexualidade formado pelo American Jewish World Service (AJWS), CARE, CREA, EMpower, EngenderHealth, Equipundo: Center for Masculinities and Social Justice (anteriormente Promundo-US), Fos Feminista, Girls First Fund, *Girls Not Brides: a Aliança Global para Terminar com o Casamento Infantil*, Fundo Global de Mulheres, GreeneWorks, Centro Internacional de Pesquisa sobre a Mulher (ICRW, na sigla em inglês), International Planned Parenthood Federation (IPPF); MADRE, Nirantar, Plan International e Population Council. A pesquisa e a redação deste relatório foram conduzidas por Tamil Kendall. A Dra. Kendall desenhou e implementou a metodologia de pesquisa, realizou a análise, escreveu os estudos de caso e elaborou o relatório geral.

Grupo de Trabalho sobre CUIPF e Sexualidade (2022).

Enfrentando o Tabu: a sexualidade e os programas transformadores de gênero para tratar os casamentos e uniões infantis, precoces e forçados.

Agosto 2022.

Imagem da capa:

Anderla, Myriam, Yniflor, Génesis, Diana e Haida participam do programa Núcleo de Apoyo a la Mujer. Andrews Cardenas/Núcleo de apoyo a la Mujer.



Conteúdo



Prefácio	2
Agradecimentos	2
Sumário executivo	4
Introdução	6
Metodologia	8
Principais achados: Abordagens transformadoras de gênero para tratar a sexualidade e os CUIPF na ALC	9
Elementos-chave para o sucesso das abordagens transformadoras de gênero voltadas para tratar a sexualidade e os CUIPF na ALC	11
Conclusão	17
Recomendações	18
Estudos de caso	21
Associação Bayán (Honduras)	22
Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (Brasil)	26
Na'leb'ak (Guatemala)	29
Núcleo de apoyo a la Mujer (República Dominicana)	33
Yo quiero, yo puedo (México)	37
Notas	41



Sumário executivo



Quase uma em cada quatro meninas e adolescentes na América Latina e no Caribe (ALC) casa ou se une antes dos 18 anos, e a maioria o faz entre os 15 e 18 anos de idade. Nenhum progresso significativo foi feito na redução da taxa de casamentos e uniões infantis, precoces e forçados (CUIPF) na região. Neste contexto predominam as uniões informais entre adolescentes, ou seja, a coabitação em uma relação similar ao casamento que não é legalmente registrada, o que aumenta a necessidade de contar com abordagens transformadoras de gênero para tratar as causas estruturais deste fenômeno.

O controle patriarcal da sexualidade de meninas e adolescentes e a discriminação sistemática contra meninas, adolescentes, mulheres jovens e mulheres faz com que os CUIPF sejam frequentemente considerados uma das poucas opções de vida disponíveis para meninas e adolescentes em uma das regiões economicamente mais desiguais do mundo.²

Em 2020, o Grupo de Trabalho sobre CUIPF e Sexualidade iniciou um processo na região para identificar programas transformadores de gênero liderados por organizações da sociedade civil (OSC) de base comunitária que abordam a sexualidade e os CUIPF. Cinco exemplos de práticas promissoras foram selecionados, documentados e analisados para obter maior clareza sobre o que é necessário para projetar e implementar programas transformadores de gênero efetivos para abordar os CUIPF e a sexualidade.

Os estudos de caso vêm de cinco OSCs em cinco países: Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (Brasil), Núcleo de Apoyo a la Mujer (NAM, República Dominicana), Na'leb'ak (Guatemala), Associação Bayán (Honduras) e Yo quiero, yo puedo (México).

Todos os cinco programas de estudo de caso foram liderados pela comunidade ou beneficiados por uma relação positiva de longa data entre as comunidades e as OSCs. Por sua vez, as atividades do programa foram implementadas pelo próprio pessoal designado da OSC na comunidade ou diretamente por pessoas da comunidade.

Com exceção do estudo de caso do Brasil (onde a sexualidade feminina e a experimentação sexual antes de uma união são culturalmente aceitas), os programas foram conduzidos em contextos socialmente conservadores em relação à sexualidade. Neste sentido, as discussões sobre sexualidade eram consideradas tabu, havia um culto ativo à virgindade — ou seja, a pureza sexual de meninas e adolescentes era valorizada e controlada — e a atividade sexual por parte de adolescentes e mulheres jovens antes da união era altamente estigmatizada. Embora a porcentagem esteja diminuindo, 69% da população adulta na América Latina identifica-se como católica e 84% foi criada como tal.³ Isto, além de influenciar as normas e atitudes relativas à sexualidade, reafirma a ausência de um vínculo entre os CUIPF e uma religião mundial.

Nesses contextos conservadores, o profundo medo e desejo de controlar a sexualidade de meninas, adolescentes e mulheres jovens leva famílias, comunidades e autoridades religiosas, bem como outras lideranças comunitárias, a considerar e encorajar os CUIPF nos casos em que a atividade sexual e/ou a gravidez é conhecida ou há suspeita.⁴

Abordagens transformadoras de gênero:

O principal objetivo das abordagens transformadoras de gênero é alcançar a igualdade de gênero, empoderar as meninas, adolescentes, jovens e mulheres, bem como as juventudes não-conformes com o gênero, promover a saúde e eliminar a violência. Para este fim:

- Promovem uma consciência crítica dos papéis e das normas de gênero.
- Promovem uma posição equitativa das meninas, adolescentes, mulheres jovens e mulheres na sociedade
- Questionam a distribuição de recursos e a designação de tarefas entre homens e mulheres
- Abordam as relações de poder desiguais entre meninas e mulheres de todas as idades e outras pessoas da comunidade, tais como pessoas prestadoras de serviços ou lideranças tradicionais.⁵



Seis elementos-chave para o sucesso dos programas transformadores de gênero destinados a abordar os CUIPF e a sexualidade

Os resultados dos estudos de caso de 2020 da ALC sobre o que é necessário para projetar e implementar programas transformadores de gênero eficazes para abordar os CUIPF e a sexualidade confirmam e dão matiz, dependendo do contexto, àqueles derivados do relatório [Enfrentando o Tabu](#), a partir de 2019, que inclui estudos de caso da Índia, da Nigéria e do Quênia. As principais recomendações do relatório 2022 são:

- 1. Aumentar a consciência crítica dos papéis e das normas de gênero.**
- 2. Utilizar abordagens participativas focalizadas nas meninas e adolescentes** para ampliar suas vozes e perspectivas de modo que os programas respondam às suas necessidades e prioridades.
- 3. Criar plataformas públicas para a liderança e voz das meninas e adolescentes na comunidade:** criar oportunidades para meninas, adolescentes e mulheres jovens falarem, se posicionarem e serem reconhecidas como porta-vozes dentro de suas próprias comunidades, a fim de transformar normas discriminatórias de gênero que não as valorizam e as silenciam.
- 4. Oferecer educação abrangente em sexualidade adequada ao desenvolvimento e à idade, baseada nos direitos, que seja holística e adaptada ao contexto:** isto inclui informações precisas do ponto de vista científico, e oportunidades em função das circunstâncias para reflexão e debate com o objetivo de desenvolver habilidades.
- 5. Trabalhar com as comunidades para abordar os CUIPF e a sexualidade:** assegurar que os programas sejam dirigidos pela comunidade ou desenvolvidos no contexto de relações de longo prazo entre as OSC e a comunidade, e implementados por pessoas da própria comunidade.
- 6. Fazer incidência política para uma melhor disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade da educação e dos serviços relacionados aos direitos e à saúde sexual e reprodutiva (DSSR):** Aumentar o acesso de meninas e adolescentes à educação e aos serviços de DSSR de qualidade através de uma combinação de investimentos, políticas com perspectiva de gênero, leis e participação comunitária.

As recomendações incluídas no relatório fazem um apelo às pessoas que trabalham no setor, às responsáveis pela elaboração de políticas e às entidades financiadoras que trabalham para abordar os CUIPF e para promover a igualdade de gênero para que garantam que os investimentos, formas de trabalho e concepção de programas comunitários implementem princípios transformadores de gênero que abordem os vínculos entre os CUIPF e a sexualidade. Elas devem criar o ambiente propício (proteção social ampliada, acesso à educação e alternativas econômicas, educação abrangente em sexualidade e cuidados de saúde sexual e reprodutiva) essencial para que meninas, adolescentes e mulheres jovens exerçam plenamente seus direitos humanos.



Introdução



Os casamentos e as uniões infantis, precoces e forçados (CUIPF) afetam um grande número de meninas, adolescentes e mulheres jovens na América Latina e no Caribe (ALC). Quase uma quarta parte delas se casam ou entram em uniões informais antes dos 18 anos, e a maioria o faz entre os 15 e 18 anos.⁵

No âmbito global, as taxas de CUIPF são mais altas na África Subsaariana e no sul da Ásia, onde 34% e 28% das meninas, adolescentes e mulheres jovens, respectivamente, casam ou se unem antes dos 18 anos de idade. Estas regiões, especialmente o sul da Ásia, tiveram progressos significativos na redução dos CUIPF durante os últimos 20 anos.⁷ Em contraste, **a ALC, onde a prevalência também é alta (22%),⁸ não teve avanços significativos na redução dos CUIPF nos últimos 25 anos.**⁹ Acelerar o progresso para prevenir e responder aos CUIPF na ALC é crucial para promover os direitos humanos, a saúde e o bem-estar de meninas, adolescentes e mulheres jovens.

A informalidade das uniões é um elemento contextual importante na compreensão e resposta aos CUIPF na ALC. A maioria das uniões antes dos 18 anos de idade não são casamentos formais registrados legalmente junto às autoridades seculares e/ou religiosas.¹⁰ A coabitação — quando um casal vive “em união” como se fosse casado — “levanta as mesmas preocupações de direitos humanos que o casamento”¹¹ e pode até aumentar os riscos para meninas e mulheres em uniões de todas as idades. As meninas, adolescentes e mulheres jovens em união não possuem o status social e as proteções legais que o casamento legal oferece, incluindo propriedade, pensão alimentícia, sustento infantil e herança. Por exemplo, no México, apenas 8% das meninas e adolescentes entre 12 e 17 anos de idade em uniões informais frequentam a escola, em comparação com 17% de suas colegas legalmente casadas.¹²

Como no resto do mundo, **os CUIPF na ALC estão profundamente enraizados na discriminação e na violência de gênero.** Isto inclui a falta de poder de decisão de meninas, adolescentes e mulheres jovens sobre sua própria sexualidade e reprodução, resultando em gravidez precoce e gravidez múltipla, violência de gênero, baixo nível educacional, níveis de pobreza desproporcionalmente mais altos e tempo gasto em responsabilidades não remuneradas de cuidado, bem como falta de oportunidades econômicas.¹³

Em países de baixa renda, onde a prevalência dos CUIPF é quase o dobro dos países mais ricos, o progresso global na abordagem dos CUIPF tem sido mais lento. As meninas, adolescentes e mulheres jovens em situação de maior marginalização econômica e social são ainda mais propensas a se casar ou entrar em união (coabitar) antes dos 18 anos de idade.¹⁴ As tendências globais mostram que a prevalência dos CUIPF aumentou de fato entre as meninas e adolescentes dos lares em situação de maior pobreza da ALC, da África Ocidental e Central e da África Austral.

Na ALC, **algumas meninas, adolescentes, jovens e mulheres**, que sofrem várias formas de discriminação, incluindo o legado do colonialismo, estão em uma situação de maior desvantagem e com maior risco de CUIPF; a este respeito, as de origem indígena ou afrodescendente são desproporcionalmente mais afetadas por esta prática.¹⁵ Globalmente, existe a preocupação de que as taxas de CUIPF aumentem devido ao **impacto da COVID-19**, particularmente entre os grupos mais desfavorecidos de meninas, adolescentes e mulheres jovens.^{16,17}

Medidas de isolamento social — tais como fechamento de escolas, acesso reduzido à educação abrangente em sexualidade (EAS), informação e serviços de saúde sexual e reprodutiva (SSR) —, bem como famílias em situação de pobreza e insegurança econômica, aumentaram as taxas de violência de gênero, incluindo os CUIPF, que por sua vez colocou mais meninas e adolescentes em risco.

Tratar os CUIPF significa abordar as causas fundamentais da discriminação de gênero

O controle e a regulamentação da sexualidade — especialmente a das meninas e adolescentes — é uma das principais causas dos CUIPF. Compreender e abordar como este fenômeno se relaciona às normas e práticas discriminatórias de gênero e idade relacionadas à sexualidade é, portanto, essencial para evitá-lo.¹⁸

Apesar da necessidade de abordar o controle patriarcal da sexualidade a fim de prevenir e responder efetivamente aos CUIPF, poucos programas e políticas para abordar os CUIPF consideram a sexualidade como uma questão central.¹⁹





Com base na metodologia e nos resultados do relatório de 2019 *Enfrentando o Tabu: a sexualidade e os programas transformadores de gênero para tratar o casamento e as uniões infantis, precoces e forçados*,²⁰ que inclui estudos de caso da Índia, da Nigéria e do Quênia, o grupo de trabalho sobre CUIPF e sexualidade iniciou um processo semelhante para identificar práticas transformadoras de gênero promissoras na região da ALC. Este segundo relatório *Enfrentando o Tabu* resume as conclusões dos estudos de caso de cinco países da região.

O relatório *Enfrentando o Tabu* resume:

- Lições aprendidas sobre características-chave na concepção e implementação de programas de sexualidade transformadora de gênero para abordar os CUIPF.
- Principais aprendizados da região que sustentam o trabalho global para abordar os CUIPF e promover a autogestão e a autonomia de meninas e adolescentes.
- Recomendações para as pessoas que trabalham no setor, pessoas responsáveis pela elaboração de políticas e entidades e pessoas financiadoras sobre como acelerar a prevenção e melhorar as respostas aos CUIPF na ALC, prestando maior atenção ao gênero e à sexualidade.



Metodologia



Em junho de 2020, o Grupo de Trabalho sobre Sexualidade realizou uma pesquisa de sondagem sobre respostas transformadoras de gênero aos CUIPF que abordam a sexualidade na região da ALC. A pesquisa foi distribuída online para organizações da sociedade civil (OSCs), agências da ONU e organizações parceiras que trabalham o tema dos CUIPF e questões relacionadas na ALC, através dos contatos dos membros do Grupo de Trabalho sobre Sexualidade. Foi utilizada uma metodologia de “amostragem de bola de neve”, na qual foi solicitado a pessoas e organizações que encaminhassem a pesquisa para as OSCs cujo trabalho se concentrava em abordar os CUIPF. No total, 105 organizações de 17 países responderam à pesquisa de avaliação.²¹

A seguir, o Grupo de Trabalho sobre Sexualidade selecionou então uma série de organizações das quais reuniu informações adicionais sobre seus programas em matéria de CUIPF. A seleção levou em conta a representação de países com altas taxas de CUIPF, o equilíbrio regional e populacional, e os três seguintes critérios programáticos:

1. O programa é implementado por uma OSC nacional ou local.
2. Os programas abordam explicitamente os vínculos entre CUIPF e sexualidade.
3. A organização descreve o programa como transformador de gênero, com base na definição operacional do relatório *Enfrentando o Tabu*.²²

Foram realizadas entrevistas em profundidade com dez informantes-chave; duas pessoas informantes responderam por escrito às perguntas da entrevista e informações adicionais foram coletadas através de uma revisão documental e acompanhamento por e-mail (n=12). A partir dessas entrevistas e documentação de apoio, cinco estudos de caso foram desenvolvidos, revisados e aprovados pelas OSCs participantes.

Os cinco estudos de caso sobre práticas promissoras incluem **dois tipos de programas**:

- **Educação sexual transformadora de gênero em escolas** para crianças e adolescentes, complementada por oficinas para pais, mães e outras pessoas adultas da comunidade (no caso do programa Educação Holística para Juventudes (HEY!) da Associação Bayán em Honduras e o programa Yo quiero, yo puedo no México).
- **Intervenções em espaços seguros para meninas, adolescentes e mulheres jovens**²³ que incluem abordagens transformadoras de gênero para abordar os CUIPF e a sexualidade, além de buscar ampliar seus conhecimentos em matéria de finanças e empoderamento econômico (no caso do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém, no Brasil; Na'lebák na Guatemala e Núcleo de Apoyo a la Mujer (NAM), na República Dominicana).

O relatório *Enfrentando o Tabu na ALC* também se baseia no conhecimento compartilhado por equipes de dois programas na Bolívia e na Colômbia através de entrevistas. O Centro de Promoción de la Mujer Gregoria Apaza, na Bolívia, é um programa que há vários anos vem treinando jovens como educadoras de suas colegas e como organizadoras comunitárias sobre direitos e saúde sexual e reprodutiva (DSSR) fora da escola. Por outro lado, Habitat Mujer Salud, na Colômbia, treina a equipe de divulgação para que promova o acesso aos serviços DSSR, com ênfase especial no aborto legal seguro.

Os estudos de caso dos dois últimos programas não foram concluídos porque a pandemia da COVID-19 atrasou a implementação de programas especificamente destinados a abordar os CUIPF. Entretanto, a experiência da organização na implementação de intervenções transformadoras de gênero que abordam a sexualidade e promovem os direitos humanos fornece perspectivas relevantes.





Principais achados: Abordagens transformadoras de gênero para tratar a sexualidade e os CUIPF na ALC

Diversas OSCs abordam os CUIPF e a sexualidade na região

- Quase todas as OSCs que responderam à pesquisa de sondagem (98%) afirmaram que utilizam uma abordagem transformadora de gênero, de acordo com a definição operacional do relatório *Enfrentando o Tabu*.²⁴
- Dois terços de 98% dos entrevistados das OSCs trabalham com meninas e adolescentes entre 10 e 14 e entre 15 e 19 anos (76% e 78%, respectivamente).
- Um terço das organizações relatou que seus programas incluíam meninas, adolescentes e mulheres jovens em união (35%) e a metade delas relatou trabalhar com meninas, adolescentes e mulheres jovens que estão grávidas ou são mães (49%).
- Um terço relatou trabalhar com meninos, adolescentes e homens jovens (31%) para tratar do vínculo entre sexualidade e CUIPF.
- Mais da metade das organizações relatou contar com a participação das famílias (58%) e de pessoal docente (56%) em seus programas.
- Quase a metade também disse que trabalha com lideranças comunitárias (48%).
- Quarenta por cento relataram envolver o pessoal de saúde em seus esforços para abordar a sexualidade e os CUIPF.
- Apenas 11% relataram trabalhar com líderes de nível nacional, o que não é surpreendente dado que 83% das OSCs relataram trabalhar principalmente a nível comunitário. Isto representa uma oportunidade para incidir ainda mais, com base nas informações do programa, a ampliação de serviços equitativos do ponto de vista de gênero .
- As OSCs que responderam a pesquisa trabalhavam tanto em áreas rurais (55%) quanto urbanas (49%) e relataram trabalhar com diversos grupos, incluindo povos indígenas (41%), populações afrodescendentes (18%), pessoas jovens lésbicas, homossexuais, bissexuais, transgênero e intersexuais (LGBTI, 24%), pessoas migrantes (em trânsito e retornadas, 20%) e pessoas deslocadas e refugiadas (7%).

A atenção que recebem os CUIPF e a sexualidade na ALC aumenta à medida que aumenta o reconhecimento do vínculo entre os CUIPF e a igualdade de gênero

- Apenas 16% das organizações que responderam à pesquisa de sondagem relatou ter um programa voltado prioritariamente a abordar os CUIPF e a sexualidade. Em contraste, os CUIPF e a sexualidade foram integrados em um programa ou parte dele com o objetivo principal de promover a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos (35%), prevenir e responder à violência de gênero (20%), promover os direitos humanos (19%) e fomentar a proteção das crianças (7%).





Os CUIPF e a sexualidade foram incluídos recentemente nos programas

- Apenas 14% das organizações que responderam relataram ter tido programas destinados a abordar os CUIPF e a sexualidade desde antes de 2011; 50% começaram a incluí-los entre 2011 e 2017; e 36% relataram ter incorporado tais programas a partir de 2018.
- As respostas abertas indicam que mesmo aquelas OSCs que vêm trabalhando nos CUIPF e na sexualidade há algum tempo o incorporaram como prioridade em seus programas— e não apenas como parte de um programa mais amplo, como o programa DSSR na adolescência — em datas recentes (2-5 anos antes da pesquisa).
- Os achados sugerem que tanto a integração dos CUIPF em programas mais amplos quanto os programas que abordam a questão de forma independente estão em um estágio inicial — e ainda não estão bem estabelecidos — na ALC; no entanto, ambos os tipos de programas estão recebendo atenção crescente.
- Até recentemente, o trabalho das OSCs para abordar os CUIPF na América Latina e Caribe ocorria em um contexto de escassa atenção às políticas públicas. Em 2019, 23 países da região ainda não tinham um plano nacional para tratar os CUIPF e apenas oito desses 23 países (35%) mencionaram os CUIPF como uma questão a ser levada em conta no marco das políticas públicas para tratar a gravidez adolescente, a educação, os direitos humanos de meninas, adolescentes, jovens e mulheres, a violência contra a mulher e o desenvolvimento no âmbito nacional.²⁵ Entretanto, em 2020, Belize publicou um plano nacional intersetorial para abordar os CUIPF²⁶ e, no início de 2021, a primeira dama da República Dominicana declarou o desenvolvimento de um plano nacional para abordar as uniões precoces e a gravidez adolescente como uma prioridade de política pública.²⁷ Avançar na abordagem dos CUIPF, através da criação de ações concretas e da apresentação de relatórios regulares sobre o progresso diante dos compromissos de política pública em nível nacional e subnacional, é uma prioridade para a região.
- O relatório *Enfrentando o Tabu na ALC* destaca as principais lições aprendidas sobre abordagens transformadoras de gênero para enfrentar o medo da sexualidade e seu controle, que, apesar de ser uma das causas mais poderosas dos CUIPF, recebe recursos muito limitados.





Elementos-chave para o sucesso das abordagens transformadoras de gênero voltadas para tratar a sexualidade e os CUIPF na ALC

Através da análise de estudos de caso que mostram práticas promissoras, identificamos seis elementos para de fato projetar e implementar as abordagens transformadoras de gênero em matéria de CUIPF voltados a abordar a sexualidade.

Seis elementos-chave para o sucesso de programas transformadores de gênero para abordar os CUIPF e a sexualidade

1. Aumentar a consciência crítica dos papéis e das normas de gênero.
2. Utilizar abordagens participativas que se concentrem nas meninas e adolescentes.
3. Criar plataformas públicas para a liderança e para a voz das meninas e adolescentes na comunidade.
4. Proporcionar uma educação abrangente em sexualidade, apropriada ao desenvolvimento e à idade, baseada em direitos, que seja holística e sensível ao contexto.
5. Trabalhar com as comunidades para tratar os CUIPF e a sexualidade.
6. Defender uma melhor disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade da educação e dos serviços relacionados aos direitos e à saúde sexual e reprodutiva (DSSR).

1. Aumentar a consciência crítica dos papéis e das normas de gênero

Todas as organizações entrevistadas para desenvolver os estudos de caso descreveram como seu programa funcionava para fomentar a consciência crítica dos papéis de gênero atribuídos a meninas, adolescentes, mulheres jovens e mulheres e seus pares masculinos, bem como para promover a autogestão de meninas, adolescentes, mulheres jovens e mulheres.

A criação de espaços seguros desempenha um papel importante. Independentemente da abordagem principal das discussões e atividades, ter a oportunidade de se reunir e discutir com liberdade e segurança tem o potencial de atingir resultados múltiplos que podem transformar as normas de gênero. Ter a oportunidade de jogar e socializar tem o potencial de transformar tais normas discriminatórias, que enquadram as expectativas de que meninas e adolescentes devem passar seu tempo cuidando de outras pessoas e fazendo tarefas domésticas não remuneradas, enquanto seus irmãos e colegas homens são encorajados a se divertir e estudar.

“A adolescência é o melhor momento para trabalhar as masculinidades e as feminilidades. Embora se percebam como pessoas adultas, elas também estão em uma fase de desenvolvimento onde podem mudar os padrões.”

Pessoa encarregada da coordenação do programa





Envolver meninas e mulheres jovens em atividades como o esporte ou a agricultura, que em muitos países da ALC são considerados domínios masculinos, desafia as normas e expectativas tradicionais de gênero sobre o que meninas, adolescentes e mulheres jovens podem e não podem fazer e para onde podem ir.

Todos os programas de estudo de caso incluem exercícios participativos e/ou materiais educacionais que promovem a consideração crítica e a desconstrução tanto dos papéis de gênero atribuídos normativamente, como da desigualdade de gênero e os direitos humanos.

As organizações responsáveis pela implementação dos programas destacaram a importância da etapa da **adolescência como uma janela de desenvolvimento crítica para intervenções transformadoras de gênero.**

2. Abordagens participativas centradas nas meninas e adolescentes

Todos os programas de estudo de caso envolveram ativamente as pessoas participantes na sua concepção, até mesmo sobre o que incluir e como fornecer o conteúdo das atividades e currículos de educação em sexualidade. Isto significa que os programas são acessíveis e adaptados à língua e às referências culturais do local onde são implementados, o que aumenta sua relevância e impacto. O envolvimento das pessoas participantes na criação das atividades significa que as vozes e perspectivas das meninas, adolescentes e mulheres jovens são referenciadas, validadas e amplificadas. Vários programas utilizam modelos de treinamento de mentores de pares, nos quais as juventudes de mais idade ensinam e orientam seus pares mais jovens dentro da comunidade.

3. Criar plataformas públicas para a liderança e para dar voz às meninas e adolescentes na comunidade

Exemplos de pessoas jovens falando publicamente sobre questões de gênero, sexualidade e CUIPF diante das autoridades e outras pessoas da comunidade em fóruns culturais e outros eventos são evidências de importantes mudanças nas normas sociais em relação ao gênero.

O exemplo mais claro do poder da liderança das juventudes para transformar a dinâmica de gênero e poder intergeracional é o programa Na'leb'ak na Guatemala. As jovens líderes desta organização liderada por jovens são agora reconhecidas como líderes dentro de suas comunidades e dialogam e representam seus interesses e os de outras crianças e jovens junto às lideranças tradicionais da comunidade e as autoridades municipais. Isto é revolucionário em um contexto em que não se espera que as juventudes, e especialmente as mulheres jovens, exerçam liderança, voz ou poder de decisão.

4. Proporcionar uma educação abrangente em sexualidade, apropriada ao desenvolvimento e à idade, baseada em direitos, que seja holística e sensível ao contexto

Os currículos sobre sexualidade de todos os programas de estudo de casos que oferecem práticas promissoras adotam uma abordagem abrangente, holística e baseada em direitos. Isto significa ir além da biologia da reprodução para tratar de múltiplas dimensões das relações sexuais e afetivas em nível individual e social. Em todos os casos, a abordagem apoiou a reflexão e o desenvolvimento de habilidades, especialmente o pensamento crítico, a comunicação e a tomada de decisões. Todos os programas considerados nos estudos de caso utilizam situações adaptadas ao contexto local para apoiar a reflexão crítica sobre os papéis de gênero e a sexualidade. Muitas vezes, o conteúdo sexual foi adaptado para grupos de idade mais jovens ou mais velhos para garantir que fosse apropriado ao seu nível de desenvolvimento e apoiasse a evolução das capacidades das crianças e das juventudes.

5. Trabalhar com as comunidades para tratar os CUIPF e a sexualidade

Em todos os estudos de caso que mostram práticas promissoras, as pessoas da comunidade estão ativamente envolvidas na elaboração e implementação dos programas. Em dois dos estudos de caso— Na'leb'ak na Guatemala e Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém no Brasil— os programas são liderados pela comunidade, e nos outros três foram implementados por OSCs que não pertencem à comunidade, mas que, ao longo do tempo, estabeleceram relações de confiança com ela.





Além da elaboração, o sucesso dos programas depende da implementação das atividades, seja pela equipe selecionada dentro da comunidade ou em sua vizinhança (no caso do programa da Associação Bayán/HEY!, em Honduras e Yo quiero, yo puedo, no México) ou por pessoas voluntárias e/ou ativistas de redes comunitárias bem estabelecidas (no caso do NAM na República Dominicana).

Nas palavras de uma das responsáveis pelo programa, a eficácia de sua intervenção em espaços seguros para meninas e adolescentes dependia de:

“...ter uma base comunitária de mulheres organizadas, que sensibilizamos e treinamos. E estas líderes comunitárias compreendem muito bem os CUIPF e não concordam com eles. Porque não vivemos na comunidade, mas estas mulheres vivem, e trabalhamos com elas há pelo menos sete anos para apoiar o desenvolvimento de redes comunitárias; e sempre trazemos projetos para a comunidade.”

Diretora de uma OSC

Esta relação positiva entre a comunidade e a OSC, juntamente com o investimento em programas de longo prazo liderados pela comunidade para transformar normas e práticas discriminatórias de gênero que levam à violência baseada em gênero, são precursores chave para a eficácia dos programas em matéria de CUIPF e sexualidade.

Os programas projetados por e para as comunidades são importantes na hora de abordar os tabus como a sexualidade. Com exceção do Brasil, **a sexualidade é considerada tabu em todas as comunidades de estudo de caso, e há uma crença generalizada de que falar e fornecer informações sobre sexualidade encoraja a experimentação, tomar riscos sexuais e a iniciação sexual precoce.**²⁸ Em todos os programas considerados nos estudos de caso, antes de implementar quaisquer intervenções em matéria de sexualidade e CUIPF — incluindo educação sexual para jovens —, organizações da sociedade civil realizaram trabalhos prévios com famílias, pessoas responsáveis e comunidades para garantir a adesão.

“As famílias pensam que ter informações sobre sexualidade incentiva as meninas e adolescentes a começar a explorar e ter sexo com penetração. Essa é a barreira. O que tentamos explicar é que na verdade é o contrário, e que é importante ter informações para tomar decisões sobre como você quer viver sua sexualidade.”

Líder do programa

É preciso identificar e conseguir o engajamento sistemático de todas aquelas pessoas que influenciam a vida das meninas e adolescentes para transformar as dinâmicas de poder que promovam práticas nocivas em relação à sua sexualidade e às suas vidas. A revisão da literatura e os estudos de caso de *Enfrentando o Tabu* mostraram que falar sobre sexualidade com famílias e pessoas da comunidade em geral, incluindo lideranças religiosas sempre que possível, é muito importante para criar um ambiente propício para abordagens transformadoras de gênero. Também é essencial assegurar sua aceitação e apoio e informar e desenvolver estratégias para mitigar ou confrontar possíveis reações negativas.²⁹

Os estudos de caso da ALC mostram que é possível introduzir currículos de sexualidade, mesmo em ambientes socialmente conservadores, através de um processo de longo prazo de diálogo e negociação com famílias e comunidades para construir confiança e abertura à mudança.

Embora as estratégias das OSCs para abordar a sexualidade e os CUIPF sejam bem-vindas, é importante reconhecer que o trabalho com as comunidades para transformar as normas discriminatórias de gênero e as construções culturais que regem a sexualidade e a reprodução é lento e desafiador.

Os estudos de caso mostram que em alguns contextos foi possível abordar questões altamente controversas de DSSR, como os direitos das lésbicas, homossexuais, bissexuais e transgêneros, bem como o aborto; contudo, nem sempre foi este o caso. Em alguns casos, na época do estudo, a abordagem colaborativa e comunitária não havia conseguido incluir essas questões na educação em sexualidade e em outras atividades do programa. Assim sendo, sua inclusão ainda é um resultado desejado a longo prazo. Por exemplo, uma organização atrasou a implementação do programa porque não foi fácil para a equipe local assumir a defesa do acesso legal das mulheres ao aborto e se sentir bem com isso.

Em geral, os achados reforçam a importância de **trabalhar com as comunidades** para abordar os CUIPF e a sexualidade, o que aumenta a eficácia das intervenções destinadas a abordar e transformar de forma sustentável as normas de gênero nocivas. O investimento em consultas e negociações em torno do conteúdo da educação sexual e de outras intervenções avança e reduz as chances de retrocesso. O fato de não ter havido conflito registrado após a introdução da educação em sexualidade é digno de nota e fornece um argumento poderoso para investir nestes processos a longo prazo.

Devido à alta probabilidade de reação negativa e do valor comprovado do trabalho com as comunidades para enfrentar o tabu da sexualidade e os CUIPF, analisamos as estratégias utilizadas pelas OSCs nos estudos de caso para aprofundar um pouco mais este elemento-chave para que os programas transformadores de gênero sejam bem-sucedidos.





Estratégias das OSC para obter a adesão e o apoio das famílias e pessoas responsáveis e tomadoras de decisão da comunidade para a introdução de uma educação abrangente em sexualidade

A. Educar as pessoas adultas sobre gênero, sexualidade, CUIPF e direitos humanos

Isto frequentemente envolve a organização de fóruns em nível comunitário, nos quais meninas, adolescentes e mulheres jovens são encorajadas a participar, para discutir a desigualdade de gênero, a violência baseada no gênero e os DSSR, bem como sua relação com os CUIPF.

Muitas das OSCs também lideram atividades de conscientização e educação para famílias e pessoas responsáveis, sobre gênero, direitos humanos e sexualidade (nos casos da Associação Bayán em Honduras, NAM na República Dominicana e Yo quiero, yo puedo no México). Nenhuma das OSCs relatou trabalhar diretamente com representantes de organizações religiosas formais, tais como igrejas. Entretanto, as duas organizações que trabalham com comunidades indígenas Na'lebák (em Chisec, na Guatemala) e Yo quiero, yo puedo (em Guerrero, no México) trabalham em estreita colaboração com lideranças comunitárias tradicionais que guiam e dirigem a comunidade tanto em assuntos espirituais como seculares.

Envolver mães e pais como aliados na educação abrangente em sexualidade é um elemento chave para o sucesso, o que significa compartilhar informações sobre gênero, sexualidade, CUIPF e direitos humanos. Com frequência, a experiência mostra que quando as mães têm a oportunidade de refletir criticamente sobre normas patriarcais de gênero, sexualidade e CUIPF, elas se tornam aliadas e lutam por um caminho de vida diferente para suas filhas.

Na'lebák, uma organização guatemalteca liderada por juventudes, identificou as famílias como importantes aliadas na superação da resistência e oposição e como defensoras eficazes perante outras famílias da importância de uma educação abrangente em sexualidade.

“Elas estavam em união antes dos 18 anos de idade, e empatizam. Elas não querem que suas filhas passem pela mesma situação.”

Líder CSO

“Às vezes há famílias que se opõem ao conteúdo sobre sexualidade, mas quando conseguimos que outras pessoas reconheçam que estes são temas que não são falados e que são importantes, isso nos ajuda a convencer as famílias que não concordam.”

Coordenador do programa

B. Contrastar as normas comunitárias em torno da sexualidade com realidades e experiências concretas

Uma segunda estratégia eficaz para a participação de pessoas adultas é contrastar as normas idealizadas da comunidade sobre comportamento sexual com as realidades e experiências vividas por meninas, adolescentes e mulheres jovens na comunidade. Isto envolve o aproveitamento do conhecimento local sobre gravidez na adolescência e violência sexual para defender uma educação abrangente em sexualidade como fator protetor e para manter uma abordagem baseada nos direitos.

Os debates facilitados com sensibilidade e sensatez com as pessoas tomadores de decisão, tais como administração escolar ou pessoal docente, sobre casos de violência sexual e incesto na comunidade são pontos de entrada eficazes para garantir maior apoio ao trabalho sobre violência de gênero e direitos sexuais e reprodutivos.

“As famílias têm um dilema: não querem contracepção e não querem que suas filhas engravidem. [...] No final, elas [as juventudes] vão tomar uma decisão e nós não podemos controlá-las, e as famílias sabem disso. Elas não descobrirão; e as meninas e adolescentes não lhes dirão. E nós fazemos com que enfrentem essa realidade.”

Líder do programa

C. Fundamentar a educação abrangente em sexualidade baseada em direitos nos sistemas de crenças e valores espirituais que são mantidos e praticados na comunidade

Em todos os contextos de estudo de caso, a maioria das pessoas se identifica como cristãs e a oposição à educação abrangente em sexualidade é frequentemente liderada por autoridades eclesiais proeminentes e grupos afiliados, que descrevem os direitos sexuais e reprodutivos como imorais. Nenhuma das OSCs trabalha diretamente com igrejas ou outros grupos religiosos, mas alguns programas de educação ou treinamento em sexualidade fazem menção a crenças e valores espirituais mantidos e praticados na comunidade.



O NAM, por exemplo, usa um currículo de educação em sexualidade da organização *Católicas pelo Direito de Decidir*, que se baseia numa interpretação dos ensinamentos católicos e promove uma abordagem positiva da sexualidade baseada em direitos, para que as juventudes possam tomar decisões informadas e desfrutar de sua sexualidade de forma livre e responsável. Outro exemplo é *Habitat Mujer Salud* na Colômbia,³⁰ que convidou um padre progressista para liderar um exercício de esclarecimento de valores com o pessoal envolvido na divulgação do projeto que procura conciliar o direito legal ao aborto seguro para todas as mulheres com sua própria fé.

O currículo desenvolvido e implementado pela Associação Bayán, em consulta com pessoas da comunidade e pessoal docente local, fornece informações científicas apropriadas sobre sexualidade e reprodução, respeitando ao mesmo tempo os valores espirituais e morais da comunidade. A Associação Bayán atribui a aceitação e o apoio que as famílias e as comunidades têm demonstrado para a introdução e a entrega da educação em sexualidade à sua confiança nos valores espirituais e morais da organização, que se baseiam na fé Bahá'í.

6. Defender uma melhor disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade da educação e dos serviços relacionados aos direitos e à saúde sexual e reprodutiva (DSSR)

O investimento e a atenção do Estado nas comunidades onde as OSCs implementam programas transformadores de gênero para abordar os CUIPF e a sexualidade são insuficientes para tornar a educação e os serviços de saúde universalmente acessíveis, aceitáveis e de alta qualidade.

Observam-se altos níveis de desigualdade no acesso aos serviços públicos em toda a região, e nas comunidades rurais, indígenas e afrodescendentes — particularmente para meninas, adolescentes, jovens e mulheres dessas comunidades — observam-se resultados mais pobres em saúde e educação, bem como um maior risco de CUIPF.

Uma das pessoas entrevistadas comentou que, nas comunidades indígenas no México e na América Central, o conhecimento das adolescências sobre questões básicas de saúde sexual e reprodutiva, tais como contracepção e menstruação, é menor do que na Ásia e na África.

Nas comunidades dos estudos de caso, o acesso a serviços de educação e saúde, incluindo SSR, é limitado pela distância geográfica, a falta de investimento público e as taxas de uso. A pessoas informantes chave expressaram uma clara necessidade de mudança estrutural com o objetivo de ampliar a proteção social.

Noventa por cento das organizações que responderam à pesquisa de sondagem relataram trabalhar para mudar as leis e políticas para criar um ambiente propício para que meninas, adolescentes e mulheres jovens tenham acesso a serviços públicos tais como DSSR e à educação. Todas as OSCs que realizaram entrevistas com informantes-chave incidem na melhoria do acesso e da qualidade das oportunidades educacionais, e seis das sete organizações trabalham para aumentar o acesso aos serviços de DSSR através de encaminhamentos. Elas também acompanham meninas, adolescentes e mulheres jovens a postos de saúde maiores e realizam incidência em nível municipal, subnacional e nacional para aumentar o investimento na prestação de serviços.

No âmbito nacional, o NAM e Yo Quiero, Yo Puedo fazem incidência para que a idade mínima legal do casamento seja 18 anos, sem exceções, e/ou seja promovida uma melhor aplicação das leis existentes em relação à idade do casamento. Nenhuma das OSCs concentrou seus esforços exclusivamente no aumento da idade mínima legal do casamento para 18 anos, demonstrando que está claro que as leis representam apenas uma parte de uma resposta abrangente aos CUIPF.

“O conhecimento sobre sexualidade é importante para poder tomar decisões, mas para que os adolescentes possam agir, é preciso aumentar o acesso à saúde e à educação. No final das contas, depende realmente do contexto se você pode ou não desfrutar de sua própria sexualidade.”

Coordenadora do Programa

“A escola não tem sido uma fonte [de informação]. Um grande desafio é que o Estado não cumpre seu compromisso com a educação sexual devido às agendas [políticas] conservadoras em nossos países.”

Pesquisadora

“Podemos trabalhar os problemas, mas se as comunidades não têm acesso aos serviços de saúde, à educação, se não recebem serviços, não podemos garantir que essas pessoas tenham uma qualidade de vida diferente. Portanto, trabalhar com autoridades comunitárias, estaduais e federais é uma boa prática”

Coordenadora do programa





Na ALC, onde predominam as uniões informais, as evidências sugerem que o estabelecimento de uma idade legal para a união é em grande medida irrelevante para impedir os CUIPF, já que as uniões ocorrem estando legalmente registradas ou não. Além disso, as leis para estabelecer os 18 anos como idade legal de união não reduziram o número de partos entre as meninas e adolescentes, nem aumentaram sua assistência escolar.^{31,32,33} A aplicação da legislação existente para proteger os direitos humanos de meninas, adolescentes, jovens e mulheres é fraca, e elas enfrentam barreiras significativas para ter acesso à justiça.³⁴

O foco das OSCs em melhorar a prestação de serviços, em vez de estabelecer ou aumentar a idade mínima legal das uniões, está de acordo com as evidências emergentes globalmente sobre as limitações das leis de idade do casamento para prevenir os CUIPF.^{35,36} Na pior das hipóteses, tais leis podem reduzir, ao invés de promover, a autogestão de meninas, adolescentes e mulheres jovens e dificultar a proteção legal, os serviços e o pleno gozo de seus direitos humanos.

Ao contrário, a prioridade das OSCs consideradas nos estudos de caso é a transformação das normas culturais e de gênero, incluindo as que regem a sexualidade, para equipar meninas e adolescentes com as informações, habilidades, autoconfiança e oportunidades educacionais e econômicas necessárias para que possam encontrar alternativas aos CUIPF.



Conclusão



Os elementos que possibilitam o sucesso dos programas transformadores de gênero para abordar a sexualidade e os CUIPF descritos no relatório global de 2019 *Enfrentando o Tabu* incluem a consideração das meninas e adolescentes como agentes de mudança; currículos de sexualidade específicos para cada contexto; a participação de famílias, comunidades e atores locais; e programas baseados no contexto local.³⁷

Os cinco estudos de caso da ALC confirmam a importância desses elementos e destacam o seu significado:

1. Construir relações de longo prazo com as comunidades e trabalhar com elas para abordar a sexualidade.
2. A incidência das OSCs para a expansão dos serviços públicos, particularmente em matéria de saúde, educação e oportunidades econômicas, sem as quais as escolhas e os resultados de vida que não estejam ligados aos CUIPF para meninas, adolescentes, jovens e mulheres são colocados em risco.

A ALC tem fortes movimentos feministas, de mulheres, LGBTI e de juventudes comprometidas com o avanço de uma agenda de direitos humanos progressista e transformadora de gênero. Uma abordagem baseada em direitos para tratar a sexualidade e os CUIPF que promova a autonomia das pessoas adolescentes e responda a suas capacidades em evolução é uma base sólida para construir parcerias *entre* os movimentos sociais dentro dos países e no âmbito regional. Isto, além de fazer progredir a agenda de direitos humanos de múltiplos movimentos de justiça social, contribuiria significativamente para abordar os CUIPF na região.

Em termos das lições que este estudo regional acrescenta à evidência global, a predominância do cristianismo na região confirma que a prática dos CUIPF não está particularmente relacionada a nenhuma das religiões do mundo. A prevalência das uniões informais na ALC, bem como o benefício limitado de determinar ou aumentar a idade da união a fim de impedir tais uniões, concentra a atenção, acima de tudo, nas causas profundas e estruturais dos CUIPF: normas patriarcais que regem a sexualidade e normas sociais que discriminam meninas, adolescentes e mulheres jovens e limitam suas escolhas de vida. As respostas baseadas na penalização ou proibição de uniões precoces não demonstraram reduzir os CUIPF e podem, de fato, ser um obstáculo para que possam exigir a proteção do Estado e ter acesso aos serviços e o apoio que necessitam.³⁸

As relações sexuais que resultam em gravidez muitas vezes aceleram as uniões precoces e forçadas e o casamento infantil. Independentemente da qualidade de um relacionamento, a gravidez e o nascimento de um filho ou filha podem aumentar as pressões para que meninas, adolescentes e mulheres jovens em união permaneçam em tal relacionamento. A educação, incluindo educação abrangente em sexualidade, assim como o acesso à gama completa de serviços de saúde sexual e reprodutiva de qualidade — que são direitos humanos universais — são, portanto, fundamentais para que meninas, adolescentes e mulheres jovens exerçam a escolha e a autogestão, incluindo o direito à integridade corporal e a decidir se querem ou não entrar em uma união e/ou ser mães ou não.



Recomendações



As recomendações de *Enfrentando o Tabu na ALC* baseiam-se nas recomendações do relatório global em termos de aumento de apoio e investimento em abordagens transformadoras de gênero, sexualidade e CUIPF.³⁹

1. Incluir nos programas, de maneira explícita, as discussões sobre sexualidade e sobre as normas sociais patriarcais que provocam os CUIPF

- Abordar o mito de que a educação abrangente em sexualidade (EAS) contribui para a iniciação sexual precoce e a tomada de riscos sexuais através do diálogo baseado em evidências com as comunidades locais e as pessoas responsáveis pela elaboração de políticas e através do uso de campanhas comunicação social de massa.
- Colocar em prática as lições aprendidas sobre a importância de construir confiança e ganhar o apoio de pessoas adultas na comunidade para se adaptar e fornecer ambientes culturalmente apropriados para apoiar a adoção da EAS dentro e fora das escolas.
- Incluir em todas as intervenções destinadas a mudar as normas de gênero discussões e contextos para o desenvolvimento de habilidades que abordem especificamente a sexualidade e os CUIPF, a fim de promover a igualdade de gênero e os direitos humanos.⁴⁰
- Fortalecer a abordagem baseada em direitos dos currículos de sexualidade para incluir discussões sobre diversidade de gênero, orientação sexual, identidade de gênero e aborto, através de linguagem, experiência e referências culturais específicas do contexto e em diálogo com famílias, comunidades e pessoal docente.

2. Assegurar que os programas para abordar os CUIPF coloquem as meninas e adolescentes no centro e lhes permitam desenvolver suas habilidades, perspectiva e autogestão para que possam escolher alternativas aos CUIPF

Os estudos de caso da ALC ilustram como a autogestão e a liderança de meninas, adolescentes e mulheres jovens contribuem para a transformação das normas sociais e de gênero discriminatórias.

- Investir em garantir que todas as meninas e adolescentes tenham livre acesso a 12 anos de educação de qualidade e que as barreiras relacionadas à maternidade ou às uniões sejam removidas, incluindo EAS sem estigma para todas as pessoas, e medidas específicas para aquelas que abandonaram a escola.

3. Focar a incidência na expansão multissetorial da saúde, a educação, o empoderamento econômico e os serviços sociais para meninas e adolescentes

Os estudos reforçam o caso de um maior investimento em serviços com equidade de gênero e coordenação multissetorial.

- Melhorar a qualidade e acessibilidade dos serviços que respondem às necessidades de meninas, adolescentes, jovens e mulheres — dentro e fora da escola — através da incidência política e orçamentária, obrigando o governo a prestar contas dos compromissos assumidos em nível nacional e internacional para defender o direito das meninas, adolescentes, jovens e mulheres de permanecerem na escola, viverem livres de violência e terem acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva. Isto inclui a prestação de serviços acessíveis e de qualidade, e a remoção de barreiras, inclusive aquelas relacionadas à maternidade e às uniões, que impedem que meninas e adolescentes tenham acesso equitativo.





- A fim de não abordar os CUIPF como uma questão isolada, as pessoas responsáveis pela elaboração de políticas precisam desenvolver e financiar políticas multissetoriais para que os planos setoriais nacionais, assim como os planos de desenvolvimento nacional, reconheçam e respondam à relação entre CUIPF, DSSR, educação, empoderamento econômico e violência baseada em gênero. Tudo isso, através de políticas públicas substanciais e da inclusão do indicador 5.3.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.⁴¹
- Incluir significativamente as OSCs, especialmente as lideradas por mulheres, juventudes e adolescências, no processo de elaboração de políticas, desde a definição e planejamento do problema até o monitoramento e avaliação.
- As instituições governamentais devem trabalhar em parceria com todos os ministérios, de nível local a nacional, para garantir que as juventudes — independentemente da idade, estado civil, etnia ou origem socioeconômica — tenham acesso a toda a gama de serviços de saúde e SSR adaptados às suas necessidades, incluindo o aborto seguro. Isto permitirá que meninas e adolescentes tenham sexo seguro e evitem gravidezes indesejadas, tenham controle sobre seus próprios corpos e escolham se e quando querem se unir ou se tornarem mães. As meninas e adolescentes de comunidades rurais, inacessíveis, indígenas ou afrodescendentes são a prioridade para melhorar a disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade dos serviços.

4. Construir coalizões e fomentar a colaboração entre setores e movimentos

- Estabelecer veículos, agir de maneira coletiva e solidária com os movimentos de direitos das mulheres, os direitos das juventudes e os movimentos de direitos e saúde sexual e reprodutiva para assegurar a inclusão de abordagens transformadoras de gênero para abordar a sexualidade e os CUIPF em suas agendas de incidência política.
- Unir-se como movimento para ter incidência coletiva para o acesso universal à EAS na escola; DSSR de alta qualidade e de acordo com as necessidades das juventudes, incluindo o aborto seguro; financiamento flexível e de longo prazo para OSCs, especialmente as lideradas por mulheres e juventudes, e sua inclusão significativa em espaços políticos e de tomada de decisões e elaboração de programas.

5. Coleta e utilização de dados desagregados

- Identificar e abordar o progresso diferencial na prevenção dos CUIPF e na promoção dos direitos humanos de meninas, adolescentes, jovens e mulheres para cumprir o compromisso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de “não deixar ninguém para trás”.⁴²
- Abordar lacunas nos dados referentes a informações estatísticas robustas e relevantes sobre a faixa etária de 10 a 14 anos, pessoas de origem indígena e afrodescendente, bem como condições de deficiência.

6. Fazer incidência junto as entidades financiadoras para acelerar os avanços em matéria de CUIPF na ALC através do aumento do investimento destinado a tratar os CUIPF e a sexualidade em programas existentes sobre o tema e em outros programas, incluindo os que tratam de DSSR, violência baseada em gênero, juventudes, educação, empoderamento econômico e proteção social

- Adotar uma abordagem de causa raiz e aumentar o financiamento voltado para abordagens transformadoras de gênero que tratam explicitamente a sexualidade na prevenção e resposta aos CUIPF. O trabalho em torno da sexualidade tem recebido poucos recursos para uma resposta abrangente aos CUIPF. Na ALC, a incorporação dos CUIPF como uma área temática pelas OSCs que trabalham com DSSR, violência baseada em gênero e direitos humanos traz um argumento convincente para uma abordagem abrangente e integrada.





- Aumentar o financiamento de longo prazo (pelo menos quatro anos) e flexível para as OSCs. A natureza da mudança das normas sociais, de longo prazo, não linear e arriscada, significa que as pessoas que implementam os programas devem ser capazes de responder e se adaptar às mudanças com agilidade e fornecer apoio financeiro e de outra natureza. O apoio na forma de salários para novas líderes entre meninas, adolescentes e mulheres jovens, fundos iniciais e financiamento central são necessários para sustentar redes de ativistas comunitárias. Apoio a organizações de segunda linha, como as defensoras dos direitos humanos, sem as quais o trabalho de muitas OSCs locais seria problemático.
- Aumentar o financiamento destinado a organizações locais feministas e de mulheres, meninas, adolescentes e jovens, com prioridade para aquelas que trabalham com e são lideradas por pessoas de comunidades indígenas e afrodescendentes. Isto em reconhecimento ao trabalho na linha de frente que elas fazem com o apoio da comunidade para transformar as normas discriminatórias de gênero para permitir que meninas e adolescentes exerçam sua autogestão e criar as condições para acelerar o progresso na abordagem dos CUIPF.
- Incluir um orçamento dedicado para desenvolver habilidades das OSCs e tempo para monitorar e avaliar mudanças na vida de meninas e adolescentes, incluindo os CUIPF, e caminhos para a mudança na implementação de abordagens transformadoras de gênero para abordar os CUIPF e a sexualidade.

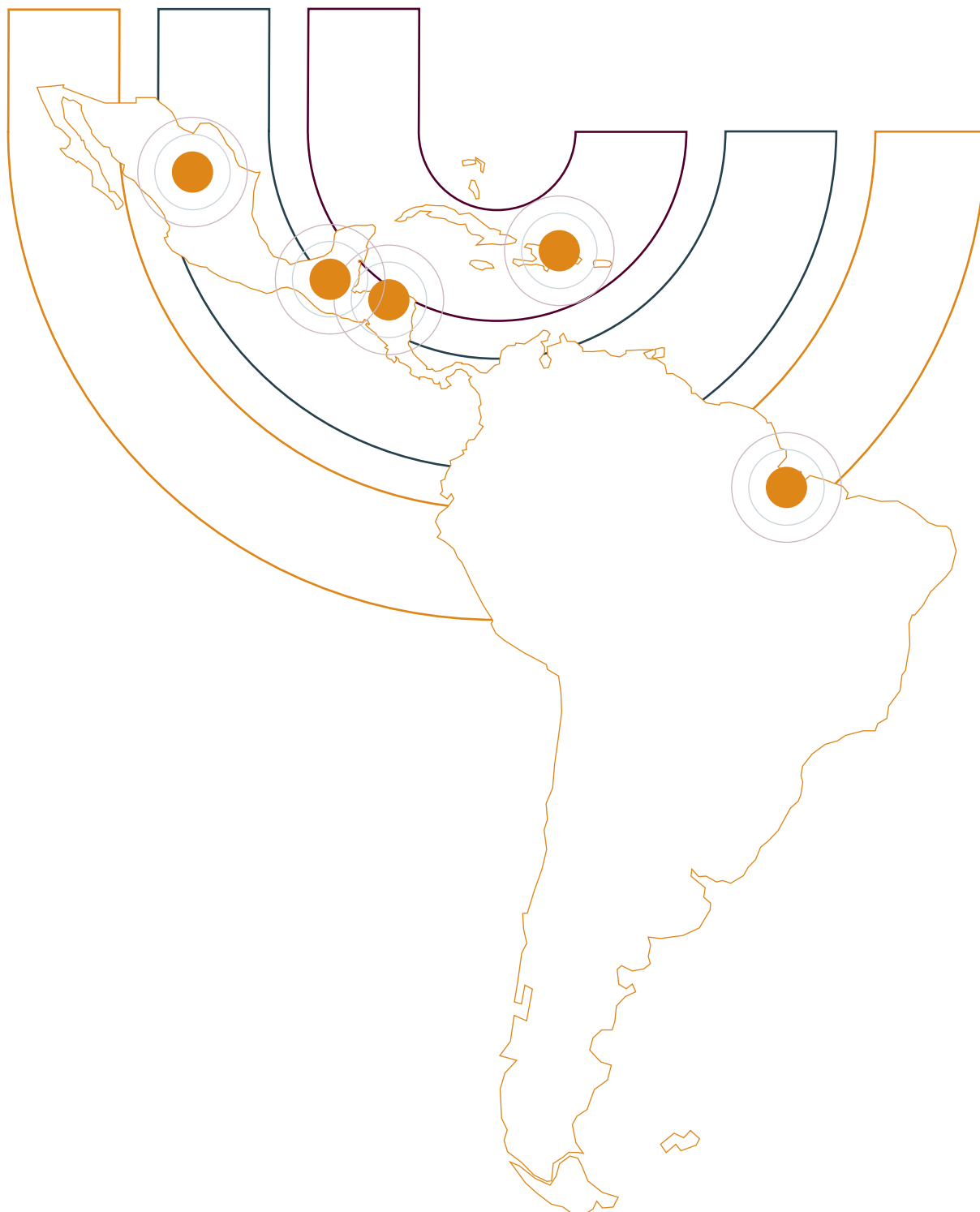
7. Investir em documentação, aprendizagem e comunicação sobre abordagens transformadoras de gênero para abordar os CUIPF e a sexualidade na ALC

Isto é para garantir que não se percam oportunidades para permitir que mais meninas e adolescentes assumam o controle de seus corpos e de suas vidas.

- Onde os recursos permitirem, documentar o processo, os resultados e as lições aprendidas que priorizem o feedback de meninas e adolescentes, bem como de pessoas que participaram do programa, com ênfase em suas percepções de mudança em relação aos CUIPF, a sexualidade e a autogestão.
 - No âmbito comunitário:
 - » Algumas técnicas simples são: criação de uma estrutura de monitoramento e avaliação para documentar as atividades do programa como parte do planejamento do mesmo; incluir ferramentas simples de avaliação na implementação regular do programa (por exemplo, feedback das pessoas participantes do programa e pessoas líderes registrando em um diário suas impressões sobre as mudanças percebidas); realizar um censo na comunidade onde a intervenção é implementada no espaço doméstico (incluindo o número de meninas, adolescentes e mulheres jovens, bem como seu nível educacional e estado civil) ou no espaço escolar (incluindo o número de gravidezes adolescentes por ano, o número de uniões e o número de deserções escolares devido à gravidez ou uniões).
 - No âmbito regional e nacional:
 - » Fazer incidência junto aos escritórios regionais e nacionais da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL), UNFPA, UNICEF, ONU Mulheres, a Organização dos Estados Americanos e os escritórios nacionais de estatística para desenvolver, em conjunto com organizações parceiras da sociedade civil, indicadores relevantes para medir normas de gênero e conhecimentos sobre sexualidade para inclusão em estruturas de monitoramento nacionais e regionais.
 - » Promover o uso de fontes de dados administrativos (incluindo relatórios de entidades doadoras) e a inclusão de perguntas relevantes relacionadas aos CUIPF e à sexualidade em pesquisas populacionais.



Estudios de caso



Estudo de caso

Associação Bayán (Honduras)

Educação escolar transformadora de gênero para prevenir casamentos e uniões infantis, precoces e forçados (CUIPF) na zona rural de Honduras.

População: crianças e adolescentes (de 7ª, 9ª e 11ª séries) que frequentam escolas rurais, assim como suas famílias e membros da comunidade.



Um olhar sobre os elementos de sucesso

- Um plano de estudos robusto projetado especificamente para evitar os CUIPF
- Uma metodologia participativa para a qual estudantes, famílias, pessoas da comunidade e docentes contribuíram para a concepção, implementação e avaliação dos materiais educativos
- Cenários baseados na cultura e no contexto para uma reflexão crítica sobre os papéis de gênero e a sexualidade
- Desenvolvimento da capacidade de tomar decisões e se comunicar
- Um modelo de treinamento formador de pessoas capacitadoras onde estudantes de séries superiores ensinam estudantes mais jovens
- Programas educacionais específicos para famílias sobre sexualidade e CUIPF
- Uma abordagem equilibrada da educação sexual que reflita as crenças culturais, espirituais e religiosas de estudantes, famílias e pessoas da comunidade.
- Relações de longo prazo com as comunidades

Visão geral da organização e principais características do trabalho que realiza

A Associação de Desenvolvimento Socioeconômico Indígena Bayán é uma organização não governamental fundada em 1986 para promover o desenvolvimento social e econômico em Honduras. A Bayán está dedicada a melhorar a saúde, a educação e a conservação ambiental. A Bayán trabalha em áreas rurais em 12 dos 18 departamentos que conformam Honduras, incluindo regiões onde há uma população Garífuna expressiva, de ascendência africana, e comunidades indígenas Miskito. Atualmente, o principal foco institucional é o Sistema de Aprendizagem Tutorial (SAT) que apoia mais de 8.000 estudantes em áreas rurais para que conclua o ensino médio.



Pais e mães participantes de uma reunião de reflexão sobre CUIPF e a prevenção da gravidez precoce.
Associação Bayán

O SAT, desenvolvido pela Fundação para a Aplicação e Ensino da Ciência (FUNDAEC) nos anos 70 na Colômbia, adota uma abordagem holística, participativa e transformadora da educação e do desenvolvimento.ⁱ

i Foundation for the Application and Teaching of Science (FUNDAEC), <https://fundaec.org/en/>





A escola está totalmente integrada com a comunidade, já que a maioria do pessoal docente vive nas aldeias e desenvolve e entrega o plano de estudo sob a coordenação da Bayán e das pessoas da comunidade.

O plano de estudos integra serviço comunitário e desenvolvimento espiritual, moral e econômico com aprendizado em matemática, ciência e tecnologia, linguagem e comunicação. As crianças, adolescentes e jovens são vistos em suas comunidades como agentes de transformação social e econômica. As famílias e pessoas da comunidade participam ativamente e, como parte do plano de estudos, compartilham seus conhecimentos e habilidades (por exemplo, em assuntos como agricultura, carpintaria ou elaboração de alimentos). As famílias também são convidadas a participar como estudantes nas “escolas para pais e mães”.

Além do plano de estudos do SAT, Bayán apoia projetos agrícolas, bancos comunitários, treinamento empresarial, marketing e atividades culturais. O SAT é reconhecido pelo governo hondurenho, portanto, o Ministério da Educação é responsável pelo pagamento do pessoal docente.

O contexto e a decisão de abordar os CUIPF

Honduras tem a quarta maior prevalência de casamentos e uniões infantis, precoces e forçados na América Latina e no Caribe; 34% das meninas e adolescentes do país entram em uniões (geralmente de maneira informal) antes dos 18 anos de idade.ⁱⁱ As causas das uniões precoces incluem baixo status socioeconômico entre meninas e adolescentes, desigualdade de gênero, pobreza e oportunidades educacionais e econômicas limitadas.

Um alto valor cultural é colocado na virgindade e as preocupações com a sexualidade feminina estão associadas à restrição de movimentos e liberdades de meninas e adolescentes por parte de suas famílias. Normas de gênero desiguais e restritivas em relação à sexualidade e aos conflitos resultantes dentro das famílias, bem como alternativas de vida limitadas — além de se tornarem mães e donas de casa — contribuem para a escolha das meninas e adolescentes pelas uniões precoces, que elas percebem como uma forma de ganhar autonomia.ⁱⁱⁱ Além disso, se uma menina ou adolescente engravidar sem estar em união, sua reputação e a de sua família é afetada. As uniões e casamentos são vistos como uma solução para as consequências econômicas e sociais da gravidez adolescente.

Em teoria, a lei hondurenha garante a educação sexual, mas o Ministério da Educação não tem uma estrutura política nem os recursos necessários para cumprir este compromisso.^{iv} No âmbito nacional, a oposição organizada à educação sexual abrangente nas escolas é muito forte.

A Bayán tomou a decisão de abordar a questão dos CUIPF depois de saber dos dados que estimam a porcentagem de meninas e adolescentes que se unem cedo. Estes dados foram extraídos de estudos em andamento realizados por uma equipe de pesquisa na Universidade da Califórnia em Berkeley (UC Berkeley), que posteriormente colaborou no desenvolvimento do programa e na sua avaliação.

Programa em destaque: HEY! Capacitar a juventude para lidar com casamentos e uniões infantis, precoces e forçados e promover a igualdade de gênero

O programa HEY!, uma iniciativa que faz parte do programa SAT, busca prevenir os CUIPF através da educação participativa nas escolas e nas “escolas para pais” que se concentram no pensamento crítico, a igualdade de gênero, o conhecimento sobre saúde sexual e reprodutiva e os valores espirituais adequados ao desenvolvimento.

O programa HEY! opera em 40 escolas primárias rurais. Em 2018, durante a implementação do projeto piloto, o programa foi aplicado em 21 escolas e beneficiou 1.200 estudantes entre 10 e 17 anos de idade. O programa também beneficiou cerca de 1000 pais e mães e 100 docentes que vivem em áreas rurais e semiurbanas marginalizadas.

ii UNICEF, *Banco de Dados Global sobre casamento infantil*. Atualizado em outubro de 2021, data.unicef.org base nas pesquisas de 2019 Multiple Indicator Cluster Surveys (MICS)

iii E. Murphy-Graham e G. Leal, 'Child marriage, agency, and schooling in rural Honduras', *Comparative Education Review*, 59, 1, 2015, 24–49

iv MiraQueTeMiro, *Educación Sexual Integral: Honduras*, <https://miraquetemiro.org/countries/HND/42/>



Através de um processo participativo, alinhado com a filosofia e metodologia do SAT e da pesquisa baseada em design, a Associação Bayán e a Universidade da Califórnia uniram-se para criar o programa HEY!^v Estudantes, famílias e pessoas da comunidade estiveram diretamente envolvidas na criação, no teste piloto e na implementação do modelo e materiais educacionais. Tudo pensado para prevenir os CUIPF e a gravidez na adolescência, promovendo a igualdade de gênero, aumentando o conhecimento sobre sexualidade e reprodução, e estimulando o pensamento crítico e a tomada de decisões para que as juventudes possam fazer escolhas informadas.

A entrega do plano de estudos inclui técnicas pedagógicas participativas e feministas. Por exemplo, o plano de estudos utiliza casos e cenários ligados à cultura e ao contexto específicos e coloca questões no início, meio e fim de cada lição para promover discussões em grupo e convidar a comunidade estudantil a analisar e refletir sobre suas realidades individuais e sociais e seu papel na promoção da mudança social.^{vi}

Os materiais educacionais são entregues como parte integrante do plano de estudos do SAT por meio de um modelo de treinamento para pessoas capacitadoras, no qual estudantes entre 15 e 17 anos (alunos da 11ª série) entregam o conteúdo para a comunidade estudantil da sétima e nona série. A ideia é que o ensino aumentará o engajamento e o conhecimento entre os estudantes mais velhos e que a redução da idade e da distância social entre “professores” e “estudantes” incentivará uma discussão aberta.

O programa desenvolveu dois guias educacionais para a comunidade estudantil, “Vivendo Minha Juventude com Propósito” e “Juventude com Igualdade”. As famílias também participam de “escolas para pais e mães” com um plano de estudos especialmente projetado chamado “Como orientar às nossas juventudes”. O plano de estudos tanto para a comunidades estudantil quanto para suas famílias aborda criticamente as normas de gênero, as consequências dos CUIPF, as mudanças biológicas, psicossociais e cognitivas que ocorrem na adolescência, incluindo o desenvolvimento sexual, e fornece informações sobre saúde sexual e reprodutiva, incluindo a contracepção.

O plano de estudos incentiva as juventudes a pensar sobre o propósito da vida, seus valores espirituais e éticos, e o papel do livre arbítrio na tomada de decisões. A sexualidade é abordada no contexto mais amplo do bem-estar e da capacidade de fazer escolhas informadas. As lições se concentram na igualdade de gênero, puberdade e seus componentes sociais e biológicos, relações românticas, tomada de decisões em matéria de sexualidade, abstinência e contracepção.

Resultados

A comunidade estudantil, as famílias e o pessoal docente (incluindo estudantes de séries superiores que orientaram como tutores estudantes mais jovens) abraçaram com muito entusiasmo o plano de estudos. Os docentes têm observado mudanças nas normas de gênero estabelecidas. Por exemplo, meninos que se recusaram a fazer serviço de limpeza, que consideravam “trabalho de mulheres”, agora estão felizes em fazê-lo, e as meninas estão exercendo seu direito de praticar esportes. Nas discussões em sala de aula, meninas e meninos questionam normas desiguais de gênero, inclusive no que diz respeito à sexualidade. Depois de ver no plano de estudos as consequências potencialmente negativas das uniões precoces, meninas e adolescentes que haviam planejado entrar em uma união reconsideraram suas escolhas e decidiram permanecer na escola.

“O projeto desenvolveu seus próprios materiais, que procuram equilibrar o conhecimento local — elevando seus valores espirituais — com o conhecimento acadêmico. Os e as estudantes gostam dos livros didáticos para refletir histórias que se assemelham a sua própria realidade. E adoram lê-las. Incluem tópicos que são considerados tabu — como falar sobre o processo da puberdade e a contracepção — que é uma forma de estimular o aprendizado entre a comunidade estudantil. E as famílias também fazem parte dessas conversas, pois também há materiais projetados para elas.”

Integrante da equipe

^v UC Berkeley, *Holistic Education for Youth: Empowering Youth to End Child Marriage and Promote Gender Equality*, <https://hey.berkeley.edu/>

^{vi} D.P. Pacheco Montoya, *Developing a Curriculum for a Formal Education Setting to Prevent Child Marriage in Rural Areas of Honduras: A Design-Based Research Study* [tese de doutorado], 2019, Universidade da Califórnia, Berkeley, https://digitalassets.lib.berkeley.edu/etd/ucb/text/pacheco_berkeley_0028E_19441.pdf



Nas 21 escolas que participaram da implementação inicial do programa HEY! entre 2017 e 2019, houve uma redução de 38% nos casos de CUIPF e uma redução de 13% nos casos de gravidez na adolescência. Além disso, o número de escolas que relataram casos de CUIPF ou de gravidez na adolescência diminuiu.

Entre 2017 e 2020, famílias e membros da comunidade têm apoiado a implementação do plano de estudos HEY!, incluindo aspectos relacionados à saúde sexual e reprodutiva. O governo local manifestou interesse em que Bayán entregasse o plano de estudos HEY! nas escolas secundárias urbanas do departamento de Atlántida.

“Eu mudei de ideia sobre viver com alguém. Eu estava pensando em me unir, mas depois de estudar estes livros eu desisti [de me unir]. [...] Os livros de exercícios tinham algumas histórias dramáticas, alguns estudos de caso, inclusive uma garota que decidiu viver com alguém e não gostou e disse que não valia a pena.”

Estudante, 11ª série

Desafios e oportunidades

Com base nos valores e preferências da Associação Bayán, o plano de estudos sobre sexualidade omite conteúdo sobre as relações entre pessoas do mesmo sexo e aborda a tomada de decisões sobre anticoncepcionais e o uso de serviços de saúde sexual e reprodutiva como se eles fossem feitos no contexto de um casamento ou união. Expandir o plano de estudos para explorar uma diversidade de orientações e cenários sexuais nos quais pessoas solteiras buscam serviços de saúde sexual e reprodutiva, seria uma oportunidade para aumentar a relevância do plano de estudos para adolescentes em geral.

Neste modelo educacional, baseado na comunidade e liderado pela comunidade, a decisão de fazer mudanças no conteúdo cabe à Associação Bayán e seu processo participativo de desenvolvimento curricular envolvendo coordenadores comunitários do SAT e indivíduos da comunidade, incluindo famílias e estudantes. O interesse demonstrado pelo sistema de educação formal no plano de estudos HEY! representa uma oportunidade importante para aumentar seu alcance.

“Não fizemos um estudo de impacto, mas, de modo geral, as famílias gostam e estão agradecidas. O assunto ainda é tabu e elas não sabiam como abordá-lo; por isso estão gratas por lhes permitir aprender para que possam ter conversas mais apropriadas. Não tem havido ninguém dizendo ‘por que isto?’; não só não são contra, como estão agradecidos.”

Conselheiro

Detalhes de contato e informações adicionais

Web site do PROGRAMA HEY!

<http://www.hey.berkeley.edu/>



Estudo de caso



movimento de mulheres
das Ilhas de Belém



Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (Brasil)

Criação de espaços seguros para meninas, adolescentes e mulheres jovens que vivem em união com foco na saúde sexual e reprodutiva e no empoderamento econômico, Ilha de Cotijuba, Belém do Pará, Brasil.

População: Améninas, adolescentes e mulheres jovens afro-indígenas em união (14-25 anos de idade).

Um olhar sobre os elementos de sucesso

- As decisões sobre o conteúdo e a logística do programa são tomadas em conjunto com as meninas, adolescentes e mulheres jovens participantes
- As facilitadoras devem ser mulheres da comunidade
- Uma abordagem flexível, de baixo para cima, sobre sexualidade e diversidade sexual que seja culturalmente relevante e com a qual possam se relacionar
- Uma reflexão crítica sobre a discriminação baseada em gênero, classe, racialização e orientação sexual que promove a solidariedade
- Referência e acompanhamento para acesso aos serviços de direitos e saúde sexual e reprodutiva fora da ilha e incidência política em nível municipal para melhorar os serviços de saúde
- As meninas, adolescentes e mulheres jovens têm a oportunidade de participar de atividades culturais e voltadas a geração de renda

Visão geral da organização e principais características do trabalho que realiza

O Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) foi fundado em 1998 por mulheres que pertenciam à Associação de Produtoras da Ilha de Cotijuba, localizada na nascente do Rio Amazonas, no litoral da cidade de Belém do Pará, no norte do Brasil. A organização começou com o objetivo de promover a autonomia econômica, a independência, a autoestima e a cidadania ativa das mulheres.

O MMIB oferece projetos educacionais e recreativos para jovens e pessoas idosas. Também apoia o desenvolvimento econômico local através da fabricação e venda de biobijuterias (feitas de sementes endêmicas da ilha), papel artesanal, cozinha local, reciclagem, guias turísticas durante os meses de verão e um grupo que realiza danças tradicionais. As meninas, adolescentes e mulheres jovens participam de todas as atividades culturais e econômicas do MMIB, com o objetivo de criar redes sociais e gerar renda para este grupo.

O contexto e a decisão de abordar os CUIPF

No Brasil, 26% das meninas e adolescentes estão unidas antes dos 18 anos de idade.ⁱ A gravidez precoce está ligada aos casamentos e uniões infantis, precoces e forçados (CUIPF)ⁱⁱ e o norte do Brasil, onde o MMIB opera, há taxas de gravidez adolescente mais altas do que em outras partes do país.ⁱⁱⁱ A situação econômica da população afro-indígena da Ilha de Cotijuba é precária. A pobreza e o alto valor cultural atribuído ao amor romântico e à paixão são causas fundamentais das uniões precoces.

i Os dados disponíveis são muito antigos, sendo 2006 os últimos dados nacionais adicionados pela UNICEF, fonte - UNICEF, *Child Marriage Global Database*. Atualizado em outubro de 2021, data.unicef.org com base nos dados do PNDS 2006

ii E.Z. Martínez y D. Leite da Roza, 'Ecological analysis of adolescent birth rates in Brazil: Association with Human Development Index', *Women and Birth*, 33, 2020, 191-198

iii E. Berquo, S. Garcia and L. Lima, 'Youth and reproduction: demographic, behavioral and reproductive profiles in the PNDS-2006', *Revista Saude Publica*, 46, 4, 2012, 685-93, p. 689





Ao contrário de muitas outras culturas, em Cotijuba, a sexualidade feminina é celebrada em vez de condenada. As famílias e a comunidade aceitam o sexo antes do casamento, o intercâmbio de parceiros sexuais e românticos, e até mesmo o comércio sexual com turistas que visitam a ilha. As meninas e adolescentes optam por entrar em uniões porque valorizam muito os casamentos e as uniões por amor e, dadas suas escolhas limitadas de vida, as uniões são percebidas como o próximo passo no caminho para a autonomia e a vida adulta.

A gravidez também contribui para as uniões precoces entre meninas e adolescentes de famílias pobres, pois significa que o pai assumirá a responsabilidade econômica. Os CUIPF são comuns na ilha, por isso as ativistas da MMIB decidiram iniciar uma intervenção em espaços seguros para meninas e mulheres jovens que vivem em união e começaram a abordar a questão.

Programa em destaque: Rompendo Barreiras e Construindo Respeito

O programa “Rompendo Barreiras e Construindo Respeito” procura promover a saúde sexual e reprodutiva, o bem-estar e os direitos entre meninas, adolescentes e mulheres jovens em união através da participação em grupos de discussão. Durante 2019, o programa realizou reuniões presenciais com dois grupos de 30 meninas e adolescentes em janeiro, fevereiro e abril.

Foi utilizada uma metodologia participativa centrada nas meninas, adolescentes e mulheres jovens, que as incentiva a tomar todas as decisões, desde os tópicos de discussão até o que comer. O objetivo é tornar o debate e o diálogo divertidos. Por exemplo, as meninas e a facilitadora— uma mulher da comunidade e integrante do MMIB— criaram um jogo baseado nos debates da TV para discutir os direitos sexuais e reprodutivos e inventaram uma dança do ventre chamada “o dia da cobra” para explorar o prazer sexual, a masturbação, o ciclo da fertilidade e a menstruação.

O MMIB adapta as informações científicas do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) sobre saúde sexual e reprodutiva e direitos humanos para permitir discussões altamente informais e não acadêmicas em linguagem coloquial e baseadas em referências populares das comunidades onde vivem as meninas e adolescentes. Isto é ainda mais importante devido ao precário nível de alfabetização das participantes.

O programa é transformador de gênero, pois incentiva as meninas e adolescentes a refletir e articular seus direitos e cria um espaço seguro para que elas se expressem e construam relações sociais. A criação de um espaço seguro e afetivo onde meninas e adolescentes se sintam confortáveis é um componente importante do programa.

A respeito das relações entre pessoas do mesmo sexo, não há pessoas abertamente lésbicas, gays ou bissexuais em relacionamentos estáveis na ilha. Entretanto, a comunidade aceita relações exploratórias entre pessoas do mesmo sexo, especialmente entre meninas e adolescentes. O MMIB decidiu usar a oportunidade oferecida pela aceitação generalizada das relações entre meninas e adolescentes do mesmo sexo para romper com as expectativas heteronormativas. O programa discute a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais e apresenta a sexualidade entre as mulheres como saudável e prazerosa. O programa aborda questões de identidade de gênero e orientação sexual a partir de uma perspectiva de direitos que respeita a diversidade, promove a solidariedade e defende uma sexualidade saudável e prazerosa para todas as pessoas.

Das 60 meninas de 14 a 25 anos que participaram do programa entre 2018 e 2019, muitas já tinham tido uma gravidez — que resultou em um nascimento ou na interrupção da gravidez — e tinham estado em um relacionamento estável. Além de promover o conhecimento, o empoderamento e a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos, o programa apoia e incentiva meninas e adolescentes a permanecerem na escola e gera opções econômicas, oferecendo às participantes a oportunidade de se engajar nas iniciativas de desenvolvimento econômico e cultural do MMIB.

Após o programa inicial, as 60 meninas foram incorporadas às atividades regulares do MMIB. A organização promove a independência econômica de meninas adolescentes e mulheres jovens, aumentando sua alfabetização financeira e fornecendo-lhes uma fonte de renda através do trabalho de uma cooperativa.

“Os casamentos acontecem por causa da gravidez ou porque a menina não quer mais obedecer à família e vê o casamento como uma oportunidade de liberdade e amor. Mesmo no caso de uma sobrinha que casou com seu tio, ela sempre disse que se casou porque estava apaixonada por ele.”

Ativista para tratar os CUIPF e participante de uma organização da sociedade civil





Também encoraja as adolescentes e mulheres jovens a utilizarem a renda obtida através da cooperativa para aderir ao programa nacional de aposentadoria e lhes oferece informações práticas e apoio para fazê-lo.

O MMIB é uma organização de empoderamento das mulheres baseada na comunidade, cujos membros vivem na ilha. A longa história do MMIB, sua boa reputação e a gama de atividades que apoiam o desenvolvimento social e econômico local lhe renderam a confiança da comunidade e também proporcionaram oportunidades para meninas, adolescentes e mulheres jovens participarem de atividades de empoderamento cultural e econômico além do programa. O fato de que as integrantes do MMIB morem na ilha incentiva o desenvolvimento de discussões informais e formais sobre sexualidade, reprodução e CUIPF com o pessoal docente, as famílias e as lideranças comunitárias.

O MMIB também procura melhorar a disponibilidade e a aceitação dos serviços de saúde sexual e reprodutiva para meninas, adolescentes e mulheres jovens. Como parte do programa, a enfermeira do posto de saúde local é convidada a dar palestras e interagir com as meninas e adolescentes, e nas sessões participativas sempre há preservativos disponíveis.

O MMIB também estabelece vínculos com hospitais públicos na zona continental de Belém do Pará— que está localizada a uma hora e vinte minutos de barco— para que meninas, adolescentes e mulheres jovens grávidas possam receber atendimento pré-natal e obstétrico.

Resultados

O MMIB começou em 2018 com o programa “Rompendo Barreiras e Construindo Respeito”. No primeiro ano, o programa engajou e apoiou 60 meninas afro-indígenas, adolescentes e mulheres jovens que vivem na margem do rio, na ilha de Cotijuba, proporcionando informações sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos, bem como seus direitos legais, e oferecendo-lhes aconselhamento e acompanhamento para acessar aos serviços de saúde sexual e reprodutiva.

O grande triunfo é que as meninas e adolescentes se tornem mais conscientes e capazes de exercer seus direitos; que compreendam que gravidez e união não são sinônimo de uma vida melhor; que continuem sua educação; e, finalmente, que alcancem a independência econômica. Até o momento, a evidência do empoderamento de meninas e adolescentes através do programa inclui uma maior consciência dos direitos e uma participação mais ampla nas discussões. Além disso, o número de meninas e adolescentes matriculadas no curso preparatório para o exame de ingresso no ensino médio dobrou.

Desafios e oportunidades

Embora os parceiros masculinos apoiem as meninas, adolescentes e mulheres jovens participantes do programa “Rompendo Barreiras e Construindo Respeito”, envolvê-los em atividades comunitárias relacionadas ao programa é um desafio por causa de seus horários de trabalho. Devido à falta de financiamento, o programa foi implementado apenas uma vez (em 2019) por um curto período. As ativistas do MMIB continuam apoiando informalmente as meninas, adolescentes e mulheres jovens da comunidade, mantendo contato com elas via Facebook e acompanhando-as nos cuidados pré-natais fora da ilha.

“Eu sonho em me formar e me tornar uma grande profissional em minha área. Eu sonho com um mundo menos racista e sexista. Sonho com a igualdade de direitos e que no próximo ano haverá mais oportunidades de trabalho na ilha para as mulheres, sem lutas de classe e com mais respeito.”

Participante de Rompendo Barreiras e Construindo Respeito

Entretanto, no momento de escrever, as atividades presenciais tinham sido suspensas devido à pandemia da COVID-19. A natureza distintamente comunitária do MMIB, e a ampla gama de atividades que oferece proporcionam uma excelente base para atender às necessidades de saúde sexual e reprodutiva de meninas e adolescentes em união e trabalhar para transformar as condições sociais e econômicas que contribuem para os CUIPF.

Detalhes de contato e informações adicionais

Rebecca Tainá Souza dos Santos
rebeccataina@yahoo.com.br

Estudo de caso

Na'leb'ak (Guatemala)

Intervenção em espaços seguros para meninas, adolescentes e mulheres jovens que compreende a agricultura diversificada e enfatiza a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos no município de Chisec, Guatemala.

População: Meninas (8-12 anos), adolescentes e mulheres jovens (13-25 anos), facilitadoras/mentoras pares mais velhas (18-35 anos) com a participação de famílias, autoridades comunitárias tradicionais e pessoas da comunidade como aliadas.



Um olhar sobre os elementos de sucesso

- Todos os programas são liderados por mulheres jovens e estão focados em meninas e adolescentes
- Construir relações com a comunidade
- Transformar os papéis e expectativas de gênero através da liderança das mulheres jovens
- Uma abordagem baseada na cultura e respeitosa na maneira de ministrar educação sexual
- Transformar estereótipos de gênero e aumentar as alternativas econômicas para meninas e adolescentes através da agricultura diversificada
- Incidência política para melhorar os serviços de saúde e educação

Visão geral da organização e principais características do trabalho que realiza

A Na'leb'ak foi fundada por adolescentes e mulheres jovens indígenas de origem rural e urbana que participaram do programa "Abrindo Oportunidades" (*Abrindo Oportunidades, AO*) como mentoras, ou discípulas. O programa AO foi originalmente projetado e implementado pelo Population Council com o objetivo de apoiar as meninas e adolescentes indígenas a alcançar seu potencial máximo e superar o ciclo da pobreza. De 2013 a 2018, o Population Council implementou o programa AO no Chisec, Guatemala, em estreita colaboração com um grupo emergente de mentoras.



Mulheres jovens com formação semelhante à das participantes são treinadas como mentoras para facilitar o programa, aproveitando suas próprias experiências pessoais.
Roxana Mucú / Na'leb'ak

Chisec é um município predominantemente maia (95%) localizado nas planícies altas do Norte. No final de 2017, o Population Council apoiou 25 ex-mentoras do programa AO— que queriam promover ainda mais a igualdade de gênero, apoiar meninas e adolescentes para desenvolver planos de vida e prevenir casamentos e uniões infantis, precoces e forçados (CUIPF)— para que fundassem sua própria organização da sociedade civil. Na'leb'ak é uma organização dirigida por jovens e sua diretoria está constituída exclusivamente pelas mulheres jovens que a compõem. As decisões são tomadas por consenso.





No contexto cultural em que surge a Na'leb'ak, a liderança juvenil, especialmente a das mulheres, não é reconhecida e muitas vezes elas não têm voz na tomada de decisões familiares ou comunitárias. Através do programa AO, as mentoras da Na'leb'ak aumentaram suas habilidades técnicas na concepção e implementação do projeto e em 2017 começaram a implementar independentemente a intervenção em espaços seguros para meninas e adolescentes.

As jovens da Na'leb'ak posicionaram sua liderança através das atividades de incidência política que realizam em favor das juventudes. Por exemplo, em 2019 eles realizaram fóruns para conhecer as plataformas eleitorais relevantes para crianças, adolescentes e jovens. Convidaram líderes comunitárias, organizações da sociedade civil e do governo, meninas, adolescentes e mulheres jovens e suas famílias para participar.

Ao discutir questões relacionadas à saúde, educação e à criação de oportunidades econômicas a partir da perspectiva das juventudes e transmitir os fóruns através da rádio comunitária e no Facebook, as jovens mulheres elevaram o perfil da organização e se posicionaram como líderes. A Na'leb'ak também exerce a liderança, celebrando acordos formais com as estruturas governamentais municipais e comunitárias. Por exemplo, negociaram um contrato com o governo municipal que lhes permite exigir a prestação de contas por ações tomadas para melhorar a situação de crianças, adolescências e juventudes.

Antes de iniciar o programa AO em uma determinada comunidade, pedem a uma liderança comunitária que convoque uma assembleia para explicar o programa, solicitar espaço e assinar um contrato comunitário definindo o cronograma e as atividades. Depois, em reuniões comunitárias realizadas a cada três meses, a Na'leb'ak informa sobre o progresso e as próximas atividades. Esta abordagem é sensível às diferenças culturais e respeita a governança local e as estruturas de poder.

A Na'leb'ak transforma as relações tradicionais de poder relacionadas ao gênero e às relações intergeracionais através de sua liderança na intervenção de espaços seguros nas comunidades e no trabalho de incidência política em favor das crianças, adolescências e juventudes junto ao governo municipal.

O contexto e a decisão de abordar os CUIPF

Na Guatemala, 30% das meninas e adolescentes entram em uma união antes dos 18 anos de idade.ⁱ A pobreza, o baixo nível educacional e a falta de outras oportunidades de vida para meninas, adolescentes e mulheres jovens, bem como uma atitude discriminatória permanente por parte das lideranças nacionais e municipais que consideram esta prática como algo “cultural” (relacionado, por exemplo, às tradições indígenas) e, portanto, não de responsabilidade do Estado, contribuem para os CUIPF.

No caso de gravidez, há uma pressão significativa para realizar a união a fim de preservar a “honra familiar”, e estas normas sociais são aplicadas tanto pelas autoridades eclesásticas quanto pelas autoridades tradicionais da comunidade. Em 2015, a Guatemala reformou o código civil para aumentar a idade legal do casamento para 18 anos. Apesar desta mudança na legislação, 59% dos nascimentos registrados no Chisec foram de mulheres entre 14 e 17 anos de idade; 45% dos pais eram pelo menos 8 a 10 anos mais velhos. Quer estejam ou não formalmente registradas, as relações sexuais e as uniões entre adolescentes e homens adultos ainda são comuns.ⁱⁱ

No plano de estudo da AO, a Na'leb'ak priorizou a saúde sexual e reprodutiva porque no Chisec o assunto permanece tabu e porque a gravidez de adolescentes e mulheres jovens levam aos CUIPF.ⁱⁱⁱ

Programa em destaque: Abriendo Oportunidades (AO) com agricultura diversificada

A Na'leb'ak implementa o plano de estudos AO desenvolvido pelo Population Council, que aborda temas como autoestima, gênero, saúde, saúde sexual e reprodutiva, prevenção da violência, educação financeira e serviço comunitário. O plano de estudos está baseado na teoria pedagógica de Paulo Freire e adota uma abordagem crítica e participativa que também engloba a análise de gênero e uma forte perspectiva de direitos humanos.^{iv} A Na'leb'ak modificou o currículo com base nas experiências das mentoras e nas necessidades das comunidades, por exemplo, mudando os cenários para melhor se ajustarem ao contexto cultural e acrescentando módulos sobre agricultura diversificada baseados em práticas locais e cosmologia maia.

i UNICEF, Banco de dados global sobre casamento infantil. Atualizado em outubro de 2021, data.unicef.org baseada en datos de las Encuestas Demográficas y de Salud (EDS) de 2015

ii P. Broll e C. Garcés. *Las uniones infantiles forzadas: de la reforma legal a la disrupción social—Investigación formativa en cinco comunidades en Chisec Alta Verapaz*, Guatemala City, Population Council, 2018, pp. 9, https://knowledgecommons.popcouncil.org/departments_sbsr-pgy/459/

iii P. Broll e C. Garcés. *Las uniones infantiles forzadas: de la reforma legal a la disrupción social—Investigación formativa en cinco comunidades en Chisec Alta Verapaz*, Guatemala City, Population Council, 2018, pp. 5–6, https://knowledgecommons.popcouncil.org/departments_sbsr-pgy/459/

iv Population Council, Abriendo Oportunidades, <https://www.popcouncil.org/research/abriendo-opportunidades-opening-opportunities>





O programa é implementado através de um modelo participativo em cascata, no qual mulheres jovens (mentoras comunitárias) entre 18 e 35 anos de idade com antecedentes semelhantes aos das meninas e adolescentes participantes são treinadas para executar o programa, e são acompanhadas por supervisoras que já foram mentoras comunitárias. Duas equipes são formadas em cada comunidade, uma formada por meninas de 8-12 anos, e outra por meninas adolescentes e mulheres jovens de 13-25 anos. As participantes de ambas as equipes se reúnem com suas mentoras pelo menos duas horas por semana para conversar sobre os temas, jogar e fazer atividades artísticas e artesanais. O plano de estudos termina com a elaboração de um plano de vida feito pelas meninas e mulheres jovens.

Estas sessões, realizadas em um local fornecido pela comunidade, criam um espaço seguro para que meninas e adolescentes aprendam, joguem e se conheçam, enquanto desenvolvem uma rede social saudável. As meninas, adolescentes e mulheres jovens passam por um processo de empoderamento. Aprendem sobre seus direitos, são capazes de expressá-los e refletir criticamente sobre os papéis de gênero dominantes; aprendem sobre diferentes formas de violência e prevenção da violência e se identificam com suas mentoras e relatam que estão começando a tomar decisões por si mesmas.

Durante estas sessões, as mentoras da comunidade baseiam-se em suas próprias experiências e conhecimentos para discutir a sexualidade no idioma local (Maia Q'eqchi'). Os tópicos incluem relações românticas sem violência, direitos sexuais e reprodutivos, a anatomia do sistema reprodutor feminino, menstruação, contracepção e infecções sexualmente transmissíveis. As discussões em torno da sexualidade são baseadas em realidades locais e são realizadas com o pleno conhecimento e acordo negociado com a comunidade em geral.

A sexualidade continua sendo um tema tabu. A Na'leb'ak fala, portanto, sobre a importância de aumentar o conhecimento sobre sexualidade e reprodução para encorajar a tomada de decisão informada entre as famílias e as lideranças comunitárias antes de introduzir o tema com meninas, adolescentes e mulheres jovens. As jovens líderes da Na'leb'ak sempre conseguiram convencer algumas pessoas da comunidade sobre a importância da educação sexual e desafiar com sucesso a crença errônea de que a educação sexual acelera o início da atividade sexual ou aumenta os riscos relacionados à sexualidade.^v Estas pessoas da comunidade (as primeiras em adotar o plano) tornaram-se aliadas na conquista da aceitação daquelas que inicialmente expressaram oposição.

Além da intervenção em espaços seguros com meninas, adolescentes e jovens, as integrantes da Na'leb'ak compartilham mensagens sobre sexualidade em reuniões comunitárias realizadas a cada três meses. A Na'leb'ak também fez uma parceria com a clínica de saúde local na capital do município para apoiar os esforços de fortalecimento dos serviços de saúde sexual e reprodutiva para as jovens. Há um forte interesse da administração do programa na clínica de saúde, mas o governo fornece recursos limitados para infraestrutura e prestação de serviços de saúde sexual e reprodutiva favoráveis às juventudes..

A inclusão da agricultura diversificada no programa AO é uma estratégia de sobrevivência e sustentabilidade para a Na'leb'ak como organização e para as meninas, adolescentes e suas famílias.^{vi} Também é transformadora de gênero, pois a Na'leb'ak acredita que meninas, adolescentes e mulheres jovens precisam ter poder econômico a fim de tomar decisões sobre suas vidas.

A agricultura diversificada complementa a educação financeira proporcionada pelo AO e dá a meninas e adolescentes acesso a uma fonte de renda que pode ajudá-las a continuar na escola. O objetivo é que a geração de renda permita que meninas, adolescentes e mulheres jovens possam realizar seus planos de vida. A participação delas na agricultura também transforma as normas de gênero na comunidade, destacando suas habilidades, contribuições e sucessos no que é tradicionalmente considerado um âmbito masculino.

“Elas começam a aprender sobre sua sexualidade. Em nosso contexto, as famílias falam muito pouco ou não falam nada sobre isso. Portanto, a sessão onde falamos sobre sexualidade é uma das sessões em que as meninas estão mais interessadas, elas fazem muitas perguntas, estão mais atentas, porque é um tema que não é falado em nenhum lugar.”

Integrante da diretoria e mentora da Na'leb'ak

^v P. Montgomery e W. Knerr, *Review of the Evidence on Sexuality Education. Report to inform the update of the UNESCO International Technical Guidance on Sexuality Education*, Oxford, Centre for Evidence-Based Intervention, University of Oxford 18, 2016, pp. 22–24, 43, <https://healtheducationresources.unesco.org/library/documents/review-evidence-sexuality-education-report-inform-update-unesco-international>

^{vi} Na'leb'ak's Casa Productiva, *Casa Productiva - Mujeres Indígenas - Guatemala*, 2020, <https://www.youtube.com/watch?v=bgQOCjct3ec>



Resultados

Desde 2013, primeiro o Population Council e agora a Na'leb'ak alcançou cerca da metade das comunidades do município de Chisec (70 em 158) com o programa AO. Entre setembro de 2019 e janeiro de 2020, a Na'leb'ak levou o programa a 511 meninas, adolescentes e mulheres jovens. Os resultados positivos, inicialmente documentados pelo Population Council, continuaram com a Na'leb'ak: um aumento no número de meninas e adolescentes que completam o ensino primário e secundário, iniciam negócios, decidem não casar cedo e aumentam seus conhecimentos sobre saúde sexual e reprodutiva.^{vii}

A criação e operação da Na'leb'ak, uma organização liderada por jovens mulheres mais graduadas do programa AO, mostra a importância de promover a igualdade de gênero, a capacitação e a liderança entre meninas, adolescentes e mulheres jovens. A Na'leb'ak tem sustentado e desenvolvido o programa AO. A liderança das mulheres jovens contribuiu para a transformação das dinâmicas de poder intergeracionais e de gênero em um contexto cultural onde as meninas e jovens tradicionalmente não têm voz.

As jovens líderes da Na'leb'ak se tornaram defensoras visíveis de questões relacionadas com as infâncias, adolescências e juventudes no âmbito político municipal e têm agido como ponte entre as estruturas de governança comunitária indígena e o governo municipal. Em várias comunidades, meninas, adolescentes e jovens são agora convidadas para as reuniões comunitárias com a esperança de que, com o tempo, isto leve a uma participação mais plena na governança e tomada de decisões em tais reuniões.

Em termos de agricultura diversificada, a Na'leb'ak tem apoiado a criação de 365 lotes agrícolas diversificados em Chisec, bem como o desenvolvimento de seu próprio negócio cooperativo de ovos e fazenda modelo. A renda tem sustentado as atividades da organização, embora a maioria dos membros da Na'leb'ak continue doando seu tempo voluntariamente. A renda da agricultura também ajudou as meninas e adolescentes a continuarem seus estudos.

As realizações visíveis de meninas, adolescentes e jovens, por exemplo, ao ganharem prêmios na feira agrícola municipal anual, estão mudando as percepções relacionadas ao gênero sobre o direito das mulheres à terra. Em vários casos, as participantes do programa herdaram um lote de terra de suas famílias que normalmente só teria ido parar nas mãos de herdeiros masculinos.

Desafios e oportunidades

As jovens envolvidas na administração da Na'leb'ak e as mentoras comunitárias têm responsabilidades pessoais e familiares, bem como necessidades financeiras. São necessários maiores recursos financeiros para sustentar e expandir a organização. As comunidades pediram à Na'leb'ak para oferecer programas dirigidos às crianças, adolescências e juventudes, assim como às mães e outras pessoas da comunidade. Neste momento, a organização não consegue atender a essas solicitações devido a restrições financeiras.

Em geral, a prestação de serviços de saúde e educação do governo para as comunidades do Chisec é inadequada. Esta falta de investimento é um obstáculo para que meninas, adolescentes e jovens da região de Chisec possam exercer seus direitos sexuais e reprodutivos. A Na'leb'ak defende a melhoria dos serviços de saúde sexual e reprodutiva para as juventudes. É necessário um maior investimento por parte dos governos municipais e nacionais para melhorar os serviços.

“Nas reuniões, aprendemos como cultivar alimentos; aprendemos sobre nossos direitos humanos e como nos proteger contra a violência”. Eu também aprendi a fazer crochê. Vejo que nossa organização está crescendo. Eu vejo que nós, como mulheres indígenas, somos capazes.”

Ex-discípula, mentora e uma das integrantes de uma organização da sociedade civil

Detalhes de contato e informações adicionais

Endereço de e-mail da organização

nalebak.ong@gmail.com

vii Girls Not Brides and Population Council, *Theory of Change Case Studies: Empower Girls, Abriendo Oportunidades, Girls Not Brides*, 2016, <https://www.girlsnotbrides.es/aprendizaje-recursos/centro-de-recursos/child-marriage-abriendo-oportunidades/>



Estudo de caso

Núcleo de apoio a la Mujer (República Dominicana)

Intervenção em espaços seguros para a prevenção de casamentos e uniões infantis, precoces e forçados (CUIPF), incluindo educação abrangente em sexualidade para meninas e adolescentes em Santiago, República Dominicana.

População: Meninas, adolescentes e mulheres jovens (9-17 anos) em um bairro urbano marginalizado, com participação e engajamento de famílias e tutores.



Um olhar sobre os elementos de sucesso

- Um espaço seguro centrado nas meninas que desenvolve habilidades de pensamento crítico e autoestima.
- Análise interseccional feminista e desconstrução participativa dos papéis de gênero.
- Um currículo de sexualidade baseado em direitos e valores católicos progressistas.
- Relações comunitárias duradouras, participação de toda a comunidade e criação de redes e de incidência política interinstitucionais.

Visão geral da organização e principais características do trabalho que realiza

O Núcleo de Apoio a la Mujer (Centro de Apoio à Mulher, NAM) é uma organização não-governamental feminista fundada em 1987 para defender a criação de uma lei contra a violência de gênero na República Dominicana. A organização trabalhou com uma ampla coalizão de atores e eventualmente conseguiu, em 1997, emendar o código penal para classificar a violência contra mulheres, adolescentes e meninas. Em seu trabalho de acompanhamento jurídico às sobreviventes da violência, as pessoas fundadoras perceberam sua necessidade de apoio psicológico

abrangente e estenderam seu alcance e prestação de serviços além da assistência jurídica. Hoje, o objetivo da organização é responder à violência contra mulheres, adolescentes e meninas através da coordenação intersetorial, educação, pesquisa, defesa dos direitos humanos e serviços abrangentes.

O NAM adota uma análise e uma prática explicitamente feminista com o objetivo de desarmar o patriarcado e promover a igualdade, a equidade, a autonomia e a liberdade das mulheres. A organização está determinada para transformar as condições estruturais subjacentes às relações desiguais de poder entre homens e mulheres; em solidariedade com o movimento mais amplo de mulheres; e em dar prioridade aos grupos mais marginalizados e excluídos.

O NAM está organizado em diferentes áreas. A Unidade de Apoio Emocional oferece avaliação psicológica e terapia individual e grupal para mulheres, jovens, adolescentes, meninas e meninos que sofreram violência de gênero. A Unidade de Assistência Jurídica oferece assessoramento jurídico abrangente e acompanhamento aos sobreviventes da violência. O Departamento de Educação oferece treinamento sobre gênero e violência de gênero a especialistas, grupos comunitários e organizações governamentais e não governamentais.



Anderla, Myriam, Yniflor, Génesis, Diana and Haida participate in the Núcleo de apoyo a la Mujer programme.

Andrews Cardenas/Núcleo de apoyo a la Mujer.





O NAM também apoia e fortalece as redes comunitárias e participa da coordenação e incidência interinstitucional. Junto com Profamilia, Acción Callejera e o Ministério da Mulher, o NAM lidera uma rede com múltiplas partes interessadas em Santiago, chamada MOVIDA (Movimento por uma Vida sem Violência), que monitora a implementação de políticas públicas relacionadas à violência contra mulheres e crianças.

O contexto e a decisão de abordar os CUIPF

Na República Dominicana, 36% das meninas e adolescentes vivem em união antes dos 18 anos de idade.ⁱ A maioria delas são uniões informais e não casamentos legais. A pobreza, a violência familiar, as normas culturais que aceitam e, de fato, promovem relações românticas entre mulheres mais jovens e homens mais velhos, opções de vida limitadas para meninas e adolescentes além do casamento e da maternidade, e a percepção de que formando uniões terão mais autonomia do que vivendo com os pais, são todos fatores que contribuem para a existência dos casamentos e as uniões infantis, precoces e forçados (CUIPF) no país.ⁱⁱ

A falta de educação abrangente em sexualidade, normas de gênero relacionadas à sexualidade, incluindo o culto à virgindade e construções em torno do amor romântico, minam a capacidade das meninas, adolescentes e mulheres jovens de tomar decisões informadas sobre sexualidade e reprodução. Muitas organizações cristãs na República Dominicana se opõem pública e ativamente à educação abrangente em sexualidade e aos direitos sexuais e reprodutivos. Com frequência, as famílias de meninas e adolescentes que sabem que são sexualmente ativas ou ficam grávidas as expulsam e as pressionam para formar uniões.

O NAM começou a trabalhar em questões dos CUIPF a partir de seu trabalho sobre direitos de saúde sexual e reprodutiva e contra a exploração sexual infantil em colaboração com outras organizações na comunidade e no sistema escolar. Sua experiência em violência de gênero levou a Plan International a convidar a organização a colaborar na coordenação do projeto “Girls Not Wives” (Meninas não esposas).

O NAM vê os CUIPF como uma forma de violência de gênero. Sua visão é que transformar as normas e estereótipos de gênero, aumentar o conhecimento sobre saúde sexual e reprodutiva e apoiar meninas e adolescentes a desenvolverem sua autoestima são fatores que impedem os CUIPF. Para o NAM, a prevenção dos CUIPF representa uma intervenção eficaz para quebrar os ciclos contínuos e intergeracionais de violência contra mulheres, mulheres jovens, adolescentes e meninas.

Programa em destaque: Crecer Contentas (Crescer Contentes)

Em 2018-2019, o NAM começou a implementar o programa *Crecer Contentas* em Buenos Aires, um bairro urbano desfavorecido onde a organização tem uma longa história de ativismo. Durante um período de sete anos, o NAM vem apoiando a criação e a capacitação de uma rede de mulheres do bairro comprometidas com a prevenção dos CUIPF, que oferecem supervisão e apoio contínuo às meninas e adolescentes da comunidade que participam do programa *Crecer Contentas*.

As 30 meninas e adolescentes de 9 a 17 anos que participaram do programa *Crecer Contentas* foram identificadas por esta rede de mulheres ativistas e foram priorizadas meninas e adolescentes que podem ser vulneráveis aos CUIPF. Por exemplo, nessa seleção foram identificadas meninas e adolescentes que estavam indo mal na escola, vinham de famílias de baixa renda ou eram de famílias migrantes de origem haitiana (grupo que enfrenta uma forte discriminação).

Em *Crecer Contentas*, o NAM reúne vários currículos diferentes. Eles utilizam o modelo do programa “*Crecer Contentas*”, originalmente desenvolvido pela Plan International, que está focado no desenvolvimento de habilidades de vida, educação financeira e conhecimentos em saúde sexual e reprodutiva. O NAM também integra atividades esportivas, utilizando a metodologia *Deportes para la Vida* (esportes para a vida), que através dos esportes e jogos desenvolve habilidades de liderança e apoia a tomada de decisões saudáveis entre as juventudes, com forte ênfase na saúde sexual e reprodutiva.ⁱⁱⁱ

i UNICEF, Banco de Dados Global sobre casamento infantil. Atualizado em outubro de 2021, data.unicef.org com base nas pesquisas de clusters de indicadores múltiplos (MICS) de 2019

ii Plan International, Niñas esposadas. Caracterización del matrimonio forzado de niñas y adolescentes en las provincias de Azua, Barahona, Pedernales, Elías Piña y San Juan, Planteamientos, 2017(2), <https://www.girlsnotbrides.org/learning-resources/resource-centre/ninas-esposadas-caracterizacion-del-matrimonio-forzado-de-ninas-y-adolescentes-dominican-republic/>

iii D. Lodin, *Deportes para la vida: An evaluation of an HIV/AIDS prevention and life skills intervention in the Dominican Republic*. Master's thesis, Emory University, Atlanta, 2014, <https://etd.library.emory.edu/concern/etds/2v23vv00w?locale=es>



O programa *Crecer Contentas*, ministrado por uma mulher com pouco mais de 20 anos de idade, foca-se na construção de habilidades de vida entre as meninas e adolescentes, a desconstrução de estruturas patriarcais de gênero e normas sociais, e a diversão. As atividades incluem a prática de diferentes esportes, saltar pipas (que é uma atividade tradicionalmente masculina na República Dominicana), teatro, artes visuais e artesanato. Todas as atividades e discussões são participativas e baseadas nas experiências das meninas e adolescentes. No caso de tópicos sensíveis, como a sexualidade, as equipes são divididas de acordo com sua idade para garantir que o conteúdo seja apropriado para o seu desenvolvimento.

Criar espaços para que meninas e adolescentes se conheçam, desenvolvam redes sociais, se expressem e brinquem é a essência da metodologia transformadora de gênero do programa *Crecer Contentas*. No bairro de Buenos Aires, como em muitas comunidades de baixa renda na República Dominicana, meninas e adolescentes assumem um fardo pesado de responsabilidades domésticas, incluindo o serviço doméstico e o cuidado de irmãos mais jovens. Em contraste, os meninos e os adolescentes são frequentemente matriculados por suas famílias em atividades esportivas formais e cursos extracurriculares, e podem, pelo menos, ficar ao ar livre e brincar nas ruas.

A criação de oportunidades para as meninas e adolescentes brincarem é desafiada por diversas normas desiguais de gênero e estereótipos sexuais, incluindo o conceito de que as meninas são fisicamente fracas, que seu lugar está em casa fazendo as tarefas domésticas e que seu papel na vida é servir aos outros, seja marido ou família.

Antes do início do programa, o NAM se reúne com mães, pais e tutores para explicar o que é *Crecer Contentas*. As mães de meninas e adolescentes frequentemente sabem por experiência própria o que são os CUIPF e apoiam a participação de suas filhas no programa. O programa inclui oficinas formais para famílias e tutores sobre direitos humanos, violência de gênero, e assertividade e gestão de emoções. As famílias e tutores também são convidados a participarem de atividades culturais. Por exemplo, no Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra Mulheres, Adolescente e Meninas, elas encenaram uma peça teatral, exibiram um filme e organizaram um diálogo sobre violência de gênero, convidando as famílias e toda a comunidade.

A educação abrangente em sexualidade fornecida pelo NAM no programa *Crecer Contentas* utiliza o manual educacional “Sexualidad y adolescencia: habilidades para la toma de decisiones libres e informadas” (Sexualidade e Adolescência: Habilidades para Tomada de Decisão Livre e Informada).^{iv} As Católicas pelo Direito de Decidir discordam dos ditames do Vaticano sobre sexo, casamento, vida familiar e maternidade e promovem uma abordagem baseada em direitos e positivo respeito à sexualidade.^v O currículo usa cenários e histórias da “vida real” para estimular a discussão.

O primeiro módulo está focado na prevenção da gravidez na adolescência, incluindo a exploração e desconstrução de estruturas sociais que promovem a culpa, o medo e a dúvida com relação à sexualidade. O segundo módulo se concentra nos métodos contraceptivos. O terceiro módulo aprofunda a violência sexual. O objetivo do currículo é aumentar a capacidade das mulheres e da juventude de tomar decisões sobre suas vidas e corpos e de desfrutar de sua sexualidade livre e responsabilmente, sem medo, culpa, violência ou coerção.

No âmbito nacional e comunitário, ainda persiste a oposição à educação abrangente em sexualidade, incluindo qualquer informação sobre métodos contraceptivos, entre outras razões, devido ao mito de que a informação e a educação são propícias à iniciação sexual precoce.^{vi} As famílias e tutores querem evitar a gravidez na adolescência, o abuso sexual e o incesto, e reconhecem que os três existem na comunidade.

“A ideia de que uma mulher deve ser sustentada por um homem ainda está profundamente enraizada. Nos bairros mais vulneráveis, as meninas são treinadas com esta ideia de que devem crescer e aprender a fazer tarefas domésticas para que um homem possa mantê-las. Esse é o mito que queremos mudar. Queremos que as meninas tenham uma visão diferente da vida, uma vida para elas mesmas, um plano de vida, um projeto de vida. Que elas tenham aspirações e entendam que podem alcançá-las.”

Diretora do NAM

iv Católicas por el Derecho a Decidir México, *Manual educativo: sexualidad y adolescencia: Habilidades para la toma de decisiones libres e informadas*, 2019, <https://letraese.jornada.com.mx/2019/07/31/manual-educativo-sexualidad-y-adolescencia-habilidades-para-la-toma-de-decisiones-libres-e-informadas-1412.html>

v Católicas por el Derecho a Decidir, *Abortion Access for All*, <https://www.catholicsforchoice.org/>

vi P. Montgomery e W. Kner, *Review of the Evidence on Sexuality Education. Report to inform the update of the UNESCO International Technical Guidance on Sexuality Education*, Oxford, Centre for Evidence-Based Intervention, University of Oxford 18, 2016, pp. 22–24, 43, <https://healtheducationresources.unesco.org/library/documents/review-evidence-sexuality-education-report-inform-update-unesco-international>



Em discussões comunitárias com famílias e tutores e em reuniões com administrações escolares e governamentais, o NAM tem usado o consenso sobre a conveniência de prevenir a gravidez na adolescência, o abuso sexual e o incesto para obter a autorização para fornecer uma educação baseada em direitos que proporcione informações sobre o uso de contraceptivos e violência de gênero em ambientes escolares e comunitários. Em geral, o NAM direciona essas discussões para adiar a iniciação sexual de meninas e adolescentes dentro de uma estrutura de igualdade de gênero e integridade corporal.

Outras atividades realizadas pelo NAM no bairro de Buenos Aires e no âmbito nacional reforçam os objetivos do programa *Crecer Contentas*. Além de fornecer serviços psicológicos e jurídicos às pessoas sobreviventes de violência, o NAM desenvolve a capacidade do pessoal de psicologia escolar e docente sobre violência de gênero e saúde e direitos sexuais e reprodutivos. A organização também oferece educação na escola sobre estas questões para crianças e adolescentes. A liderança do NAM no MOVIDA facilita o encaminhamento, por exemplo, para serviços de saúde sexual e reprodutiva.

Resultados

Durante o primeiro ano de implementação (2018-2019), *Crecer Contentas* chegou a 30 meninas e adolescentes, e conseguiu mantê-las no programa. Na comunidade, o NAM treinou 40 docentes e pessoal de atendimento psicológico e 30 pais, mães e tutores sobre direitos humanos, violência baseada em gênero e saúde e direitos sexuais e reprodutivos. O NAM observou um maior senso de autonomia e autodeterminação das meninas e adolescentes, a capacidade de expressar seus direitos e de reconhecer quando eles estão sendo violados.

Embora as pessoas participantes se conhecessem antes do programa *Crecer Contentas* porque vivem no mesmo bairro e frequentam as mesmas escolas, elas não demonstravam uma forte identidade grupal. Participando do *Crecer Contentas*, as meninas e adolescentes desenvolveram uma rede social e aumentaram seu senso de empatia e solidariedade. Isto foi demonstrado quando o NAM forneceu kits de atendimento de emergência às famílias participantes devido à pandemia de Covid-19. As participantes mostraram sua preocupação para garantir que todas as pessoas recebessem apoio e fizeram o acompanhamento com a coordenadora para garantir que isso ocorresse.

Desafios e oportunidades

A oposição organizada contra direitos sexuais e reprodutivos na República Dominicana representa um grande obstáculo para avançar em direção a uma educação abrangente em sexualidade, respeitando a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos, e prevenindo os CUIPF. A derrota dos políticos que se opõem aos direitos sexuais e reprodutivos nas eleições nacionais de 2020, o crescente reconhecimento dos CUIPF como um problema social nos últimos três anos e a proposta de legislação que definiria a idade legal do casamento em 18 anos, sem exceções, representam oportunidades para avançar no cumprimento dos direitos de meninas, adolescentes e mulheres jovens.

Detalhes de contato e informações adicionais

Web site do Núcleo de Apoyo a la Mujer

<https://sites.google.com/site/nucleodeapoyoalamujer/>

“Desde muito cedo, é diferente o empoderamento de meninas e meninos sobre a sexualidade. Os meninos podem ter conhecimento sobre seus corpos, a dominação e o que eles podem e não podem fazer com eles. As meninas são ensinadas sobre romance, novelas e bonecas da Cinderela. Aprendem mais tabus e não lhes é permitido explorar seus corpos; se o fizerem, são desaprovadas, como se estivessem fazendo algo sujo. Elas são proibidas de conhecer seus próprios corpos. E isto está muito relacionado aos casamentos e às uniões infantis e precoces e à sexualidade. Conforme crescem, estas meninas e adolescentes são confrontadas com uma realidade que não se parece com o que lhes foi ensinado em casa quando eram pequenas. E elas começam a explorar por conta própria, sem informação e orientação. Acima de tudo, elas carecem de informações sobre seus próprios corpos e encontram algum adulto que tira proveito dessa falta de conhecimento. E a consequência dessa falta de conhecimento pode ser casamento infantil, uma união precoce, estupro ou incesto.”

Coordenadora do Projeto *Crecer Contentas*, NAM

Estudo de caso



Yo quiero, yo puedo (México)

Educação em sexualidade transformadora de gênero baseada na escola e na comunidade para reforçar os compromissos comunitários para acabar com a venda de meninas e adolescentes e os casamentos e as uniões infantis, precoces e forçados (CUIPF) em Guerrero, no México.

População: Meninas e adolescentes que frequentam a escola, assim como suas famílias, tutores, mulheres, homens e autoridades tradicionais da comunidade.

Um olhar sobre os elementos de sucesso

- Uma colaboração plurianual com lideranças tradicionais e todas as pessoas da comunidade para transformar as normas de gênero antes de abordar os CUIPF
- Equipes biculturais, bilíngues (espanhol e mixteco) e de gênero misto
- Uma abordagem baseada em direitos para a educação de gênero e sexualidade
- Oficinas participativas, separadas por gênero para criar espaços seguros para meninas, adolescentes e mulheres jovens
- Uso da mídia para aumentar a conscientização sobre os CUIPF
- Incidência política para melhorar a saúde, a educação e outros serviços públicos

Visão geral da organização e principais características do trabalho que realiza

“Yo Quiero, Yo Puedo” (cujo nome oficial é Instituto Mexicano de Investigación sobre la Familia y la Población [Instituto Mexicano de Pesquisa sobre a Família e a População]) é uma organização não governamental baseada na Cidade do México. “Yo Quiero, Yo Puedo” foi fundada em 1985 e desenvolveu, implementou e avaliou mais de 40 programas de desenvolvimento social e econômico, além de criar o Marco para Facilitar o Empoderamento (FrEE, na sigla em inglês).ⁱ

A teoria da mudança do FrEE consiste no desenvolvimento das habilidades de vida (autoconsciência, comunicação assertiva, empatia, expressão e gestão emocional, pensamento crítico e tomada de decisões); juntamente com a redução das barreiras psicossociais (vergonha, medo, culpa, preconceito e ressentimento) e do conhecimento levam a uma mudança de atitude e comportamento. Essas mudanças têm como resultado um maior controle das pessoas sobre suas vidas e saúde, fortalecem sua gestão e produzem mudanças positivas e sustentadas para as famílias e comunidades.

A metodologia da “Yo quiero, yo puedo” foi implementada com diversas populações, faixas etárias e geografias em diversas áreas de conteúdo (por exemplo, nutrição, educação financeira, promoção da saúde mental e educação em sexualidade).

O contexto e a decisão de abordar os CUIPF

No México, 21% das meninas e adolescentes entram em uniões antes dos 18 anos de idade.ⁱⁱ Uma grande proporção dessas uniões (80%) é informal. A maioria das meninas e adolescentes mexicanas (de 12 a 17 anos de idade) vivem com parceiros masculinos que são pelo menos seis anos mais velhos; 65% dos parceiros masculinos são 11 anos mais velhos. No estado de Guerrero, 30% das meninas e adolescentes formam uniões

ⁱ S. Pick e J. Sirkin, *Breaking the poverty cycle: The human basis for sustainable development*, Oxford, Oxford University Press, 2010, <https://oxford.universitypressscholarship.com/view/10.1093/acprof:oso/9780195383164.001.0001/acprof-9780195383164>

ⁱⁱ UNICEF, *Banco de dados mundial sobre o casamento infantil*. Atualizado em outubro de 2021, data.unicef.org con base en los datos de la Encuesta Nacional ENADID 2018



antes dos 18 anos de idade, e a proporção de meninas e adolescentes unidas entre 12 e 14 anos está entre as mais altas do país.ⁱⁱⁱ

Metlatónoc, uma comunidade mixteca da Região da Montanha do estado de Guerrero, formada por uma população majoritariamente indígena, é um dos municípios mais marginalizados social e economicamente do país. As normas de gênero que desvalorizam meninas, adolescentes, mulheres jovens e mulheres e a falta de oportunidades econômicas e educacionais para toda a população – mas, especialmente para mulheres todas as idades – são causas importantes dos CUIPF. O cultivo da papoula e a venda de meninas e adolescentes em casamento – uma tradição cultural profundamente enraizada – são as principais fontes de renda das famílias.

As comunidades da Região da Montanha consideram que a idade ideal para a união de meninas adolescentes é de 15 a 17 anos. Autoridades comunitárias tradicionais e autoridades governamentais participam de cerimônias de união nas quais, apesar de serem proibidas antes dos 18 anos de idade no México, é feito um pagamento pelas menores de idade. As instituições governamentais não levam em conta a idade legal da união porque não são registradas legalmente.

A cosmovisão e os direitos culturais das comunidades tornam a falta de uma abordagem intercultural do sistema de justiça nacional um desafio significativo na administração de justiça. Além disso, na prática, o sistema de justiça regular é inacessível às meninas, adolescentes e mulheres jovens.

Na perspectiva das meninas, adolescentes e mulheres jovens, formar uma união e tornar-se mães são as únicas opções de vida e, ao fazê-lo, recebem certos direitos e privilégios. Em muitas comunidades rurais e indígenas no México, incluindo Metlatónoc, se pensarem que uma menina, adolescente ou mulher jovem pode ter tido relações sexuais (por exemplo, se ela passou a noite fora de casa com um homem sem nenhuma supervisão familiar) ou se souberem que ela teve relações sexuais por estar visivelmente grávida, há uma forte pressão familiar e social para ela se unir.^{iv}

De 2015 a 2017, o projeto “Yo quiero, yo puedo” implementou um programa de desenvolvimento comunitário participativo em grande escala para desenvolver habilidades de vida no campo da saúde, reduzir a violência familiar e transformar as masculinidades nocivas em Metlatónoc. O programa atingiu 60 comunidades e 6000 pessoas. Os resultados incluíram a transformação das normas de gênero entre aquelas pessoas que implementaram o programa; uma mudança de atitudes entre os homens que estavam mais dispostos a fazer o serviço doméstico (e nas mulheres que aceitaram esta mudança); e uma diminuição da violência doméstica e do abuso de animais.^v Este programa preparou o caminho para abordar o tema dos CUIPF.

Em 2016, por sua própria iniciativa, as autoridades comunitárias tradicionais de Yuvini, Valle de Durazno e Colonia Juquila assinaram publicamente um acordo que proíbe a venda de meninas e adolescentes. Elas apresentaram o acordo à organização “Yo quiero, yo puedo” e pediram seu apoio e compromisso para mudar as normas de gênero, promover os direitos humanos e impedir a venda de meninas e adolescentes e os CUIPF.^{vi}

“Andamos de mãos dadas, de uma forma muito respeitosa, para que elas [as pessoas da comunidade e autoridades tradicionais] não se sintam julgadas nem desempoderadas por causa de suas crenças. Minha perspectiva é que o que construímos ao longo dos anos é um relacionamento, uma compreensão das comunidades e a capacidade de identificar a melhor maneira de trabalhar com elas. Além disso, que elas tenham um espaço e se apropriem dele.”

*Líder do programa,
Yo quiero, Yo puedo*

Programa em destaque: Ayúdalas a no llegar al altar (Ajude-as a não ir para o altar)

A partir de 2018, “Yo quiero, yo puedo” concentrou seus esforços em Yuvini, no Valle de Durazno e em Colonia Juquila. Em vez de se concentrar na idade legal de união, o programa aborda a igualdade de gênero, reduzindo a violência baseada no gênero e promovendo a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos.

iii E. Rivero, J.L. Palma, *Informe sobre uniones tempranas en México: Resumen Ejecutivo*, Cidade do México, México, INSAD, 2017, http://insad.com.mx/site/wp-content/uploads/2017/08/Informe-sobre-Uniones-Tempranas-en-Mexico_2017.pdf

iv G. Rodríguez e B. de Keijzer, *La noche se hizo para los hombres*, Cidade do México, Population Council, 2002; C.J. Echarri Canovas e J. Perez Amador, ‘En transito hacia la adultez: eventos en el curso de vida de los jóvenes en México’, *Estudios Demograficos y Urbanos*, 22, 1, 2007, 43–77, <https://www.redalyc.org/pdf/312/31222103.pdf>

v Instituto Mexicano de Investigación sobre la Familia y la Población (Yo quiero, yo puedo), *Programa de Desarrollo Integral Comunitario: Informe final y conclusiones*, Cidade do México, Prospera, 2017

vi Yo quiero Yo puedo, *Yo quiero, yo puedo cuidar mi salud – PROSPERA*, 2017, https://www.youtube.com/watch?v=X7F8Aub-vZU&feature=emb_title



"[Em Metlatónoc] as decisões são tomadas pelo comitê comunitário. E o comitê é formado por homens. Portanto, quando há uma decisão a ser tomada, são os homens que participam. Às vezes as mulheres estão presentes, mas quase nunca expressam suas opiniões. Nossas oficinas são um espaço onde elas podem conversar, se expressar, socializar. A vergonha de participar, o medo de expressar o que elas sentem, reduz-se. Criamos um clima de confiança. E no final, elas têm mais autoconfiança. É muito gratificante ver como, em cada sessão, sua postura muda, elas passam de estar curvadas ou não olhar ao redor para participar mais, refletir mais, fazer mais perguntas. O processo de mudança é realmente visível."

Membro da equipe, Yo quiero, Yo puedo

O programa é implementado por uma equipe multidisciplinar composta por homens e mulheres bilíngues (espanhol e mixteco) e biculturais que vivem nas comunidades por longos períodos de tempo. A participação de homens na equipe tem sido importante para envolver as autoridades comunitárias tradicionais. Com o tempo, mais abertura, maior respeito e vontade de diálogo com as mulheres da equipe tem sido observada por parte dessas autoridades.

A abordagem da educação comunitária é lúdica, experiencial e ministrada em grupos separados por idade e sexo. As sessões incluem reflexão crítica sobre papéis estereotipados de gênero e distribuição de recursos, violência baseada em gênero, direitos humanos das mulheres indígenas e saúde sexual e reprodutiva. A disposição circular das oficinas implementa uma abordagem participativa não-hierárquica. Com o tempo, o círculo torna-se um espaço seguro e contribui para a transformação das normas de gênero.

O programa desenvolve habilidades cognitivas e afetivas e de gestão para apoiar a mudança de comportamento de meninas, adolescentes, mulheres jovens e seus pares masculinos. As mensagens sobre sexualidade, gênero e CUIPF são integradas ao conteúdo das oficinas comunitárias para homens e mulheres e sessões específicas para famílias e tutores.

Além das oficinas comunitárias, como parte do programa "Ayúdalas a no llegar al altar", "Yo quiero, yo puedo" começou a ministrar educação abrangente em sexualidade e prevenção da violência de gênero baseada em direitos e transformadora de gênero nas escolas. O currículo vê a sexualidade como um processo contínuo que inclui sentimentos, atitudes, pensamentos e comportamentos.

São descritos quatro componentes inter-relacionados da sexualidade: reprodução, gênero, erotismo e relações afetivas. Aborda aspectos sociais e biológicos da sexualidade, tais como estereótipos de gênero, desenvolvimento biológico, direitos sexuais e reprodutivos, prevenção da gravidez não planejada e de infecções sexualmente transmissíveis. Inclui informações e orientações explícitas sobre a escolha de um método contraceptivo.

A forte relação de confiança de "Yo quiero, yo puedo" com as autoridades comunitárias tradicionais foi fundamental para inclui-las e tornar possível aplicar este currículo nas escolas. A organização também está se relacionando com o setor de educação municipal e estadual com o objetivo de se expandir e engajar outras organizações da sociedade civil que trabalham na área e fazem incidência política com os governos municipal, estadual e federal para uma melhor prestação de serviços de saúde e educação, entre outros serviços públicos.

Em 2019, "Yo quiero, yo puedo" também lançou uma campanha nacional de comunicação para aumentar a conscientização sobre os CUIPF. Esta campanha incluiu um curta-metragem profissional que foi apresentado em um festival nacional de cinema, em outdoors na Cidade do México e na mídia nacional para abordar a questão dos CUIPF.^{vii} Este assunto foi retomado pela mídia de todo o país, aumentando a visibilidade dos CUIPF no México. Membros das comunidades de Yuvini, Valle de Durazno e Colonia Juquila manifestaram-se contra a venda de meninas e adolescentes na mídia nacional, causando uma reação negativa das comunidades vizinhas. O apoio mútuo entre as comunidades de Yuvini, Valle de Durazno e Colonia Juquila ajudou as lideranças e as pessoas das comunidades a enfrentarem as reações e manter-se firmes em sua determinação para impedir a venda de meninas e evitar os CUIPF.

"Para conseguir uma mudança você tem que trabalhar com toda a comunidade. É um processo que leva anos, não é algo que possa ser alcançado em um mês. Para conseguir uma mudança, é preciso trabalhar com as autoridades, com os homens, com as mulheres, com as meninas e adolescentes, para que as pessoas da comunidade se tornem agentes de mudança."

Diretora, Yo quiero, yo puedo

vii Yo quiero Yo puedo ONG, Ayúdalas a no llegar al altar 60 segundos, 2019, <https://youtu.be/t04arcrZkCE>



Resultados

A decisão das três comunidades de Metlatónoc de abolir a venda de meninas e adolescentes e seu pedido de apoio contínuo a “Yo quiero, yo puedo” para abordar o tema dos CUIPF é um resultado significativo. A solicitação e aceitação de um currículo de educação abrangente em sexualidade e transformador de gênero nas escolas pela comunidade e pelas autoridades educacionais é outro importante indicador de progresso. O programa “Ayúdalas a no llegar al altar” beneficiou 200 meninas e adolescentes de 2018 a 2019.

Apesar da centralidade da venda de meninas e dos CUIPF nos sistemas econômicos e culturais de Metlatónoc, a mudança está acontecendo. A história de Catalina e Alfonso, originalmente da comunidade de Juquila, é um exemplo claro. Catalina é única filha em uma família de oito irmãos. Sua mãe foi comprada pelo seu pai, que também comprou quatro de suas noras para se casarem com seus filhos, de acordo com os costumes tradicionais da comunidade e da região. Entretanto, depois de participar de oficinas facilitadas por “Yo quiero, yo puedo”, a família de Catalina decidiu que sua filha não seria vendida em casamento.

Catalina e Alfonso se conheceram em um evento comunitário e se apaixonaram, e quando pediram permissão para sua família para se casarem, a família concordou. Em 2019, aos 18 anos de idade, Catalina casou-se com Alfonso no cartório. Depois do casamento, Catalina e Alfonso se mudaram para uma cidade próxima para que ela pudesse cursar a faculdade. O fato de terem escolhido se casar sem ser vendida pela sua família, a realização pública da cerimônia no cartório e a decisão do casal de dar prioridade à educação de Catalina são provas de como as atitudes e práticas estão mudando.^{viii}

“Aqui em Yuvinani as mulheres são vendidas por até 100 mil pesos, mas eu não gosto disso porque tenho uma menina e não faria isso com minha filha, ela não é um animal. Eu quero que minha filha estude, e quando ela terminar de estudar, ela pode fazer o que quiser.”

Disse uma das primeiras mulheres em Yuvinani que participou como voluntária

Desafios e oportunidades

A venda de meninas e adolescentes e os CUIPF são práticas culturais profundamente enraizadas e de grande importância econômica para as famílias. Nas comunidades mixtecas da Região da Montanha, a coesão social e o respeito às tradições são mantidos através da administração de privilégios e o controle social (por exemplo, rejeição ou exclusão de festivais e rituais religiosos). O fato de três das 60 comunidades da região terem decidido abolir a venda de meninas e adolescentes e impedir os CUIPF é testemunho do desafio e também do fato de que a mudança é possível.

As lideranças e as pessoas nas comunidades de Yuvinani, Valle de Durazno e Colonia Juquila têm enfrentado pressão e desaprovação das comunidades vizinhas por se afastarem das tradições da região. O fato de que três comunidades tomaram esta decisão juntas é um apoio mútuo. O compromisso contínuo de Yuvinani, Valle de Durazno e Colonia Juquila está levando à reflexão e ao diálogo sobre a venda de meninas e os CUIPF na Região da Montanha e nacionalmente.

A oferta de “Yo quiero, yo puedo” com educação em sexualidade abrangente e transformadora de gênero nas escolas e a criação de vínculos com autoridades educacionais municipais e estaduais, bem como suas boas relações com as autoridades comunitárias nas outras 57 comunidades, representam uma oportunidade para expansão futura.

Detalhes de contato e informações adicionais

Website de Yo quiero, yo puedo
<https://yoquieroyopuedo.org.mx/>

^{viii} Yo quiero, yo puedo, *Relatório Anual*, 2019, pp. 16, <https://yoquieroyopuedo.org.mx/es/reportes-anales>; Animal Político, *Mujeres rompen la tradición de los matrimonios forzados y venta de niñas en Guerrero*, 2020, <https://www.animalpolitico.com/2020/01/mujeres-rompen-tradicion-venta-ninas-matrimonio-forzado-guerrero/>

Notas



- 1 Grupo de Trabalho sobre CUIPF e Sexualidade, *Hacer frente al tabú: la sexualidad y los programas transformadores de género para abordar los matrimonios y las uniones infantiles, tempranas y forzadas*, 2019, https://www.girlsnotbrides.es/documents/909/Tackling-the-Taboo_Full-Report_Spanish-LR.pdf
- 2 A. Bárcena Ibarra y W. Byanyima, *Latin America is the world's most unequal region. Here's how to fix it*, Foro Económico Mundial, 2016, <https://www.weforum.org/agenda/2016/01/inequality-is-getting-worse-in-latin-america-here-s-how-to-fix-it/>; World Inequality Database, Global Inequality Data: 2020 Update, <https://wid.world/news-article/2020-regional-updates/>
- 3 Pew Research Center, *Religião na América Latina: Mudança Generalizada em uma Região Historicamente Católica*, 2014, <https://www.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/7/2014/11/PEW-RESEARCH-CENTER-Religion-in-Latin-America-Portuguese-Overview-for-publication-11-13.pdf>
- 4 Além de ser comunicadas por informantes chave, estas normas sociais de controle patriarcal da sexualidade das meninas, adolescentes e mulheres jovens nestas comunidades e outras semelhantes estão documentadas em publicações como: **República Dominicana**: Plan Internacional, *Niñas esposadas. Caracterización del matrimonio forzado de niñas y adolescentes en las provincias de Azua, Barahona, Pedernales, Elías Piña y San Juan*, Planteamientos, 2017(2), <https://www.girlsnotbrides.org/learning-resources/resource-centre/ninas-esposadas-caracterizacion-del-matrimonio-forzado-de-ninas-y-adolescentes-dominican-republic/>; **Guatemala**: P. Broll e C. Garcés, *Las uniones infantiles forzadas: de la reforma legal a la disrupción social—Investigación formativa en cinco comunidades en Chisec Alta Verapaz*, Guatemala City, Population Council, 2018, https://knowledgecommons.popcouncil.org/departments_sbsr-pgy/459/; **Honduras**: E. Murphy-Graham e G. Leal, 'Child marriage, agency, and schooling in rural Honduras'. *Comparative Education Review*, 59, 1, 2015, 24–49, <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/679013>; **México**: G. Rodríguez e B. de Keijzer, *La noche se hizo para los hombres*, Mexico City, Population Council, 2002; C.J. Echarrí Canovas e J. Perez Amador, 'En tránsito hacia la adultez: eventos en el curso de vida de los jóvenes en México', *Estudios Demográficos y Urbanos*, 22, 1, 2007, 43–77, <https://estudiosdemograficosyurbanos.colmex.mx/index.php/edu/article/view/1293>
- 5 Grupo de Trabalho sobre CUIPF e Sexualidade, *Hacer frente al tabú: la sexualidad y los programas transformadores de género para abordar los matrimonios y las uniones infantiles, tempranas y forzadas*, pp. 5, Sumário executivo, <https://www.girlsnotbrides.org/documents/910/Exec-Summary-SPANISH-LR.pdf>
- 6 UNICEF, *Base de datos mundial sobre el matrimonio infantil. Atualizada em outubro de 2021*, 2021, <https://data.unicef.org/topic/child-protection/child-marriage/>
- 7 Bancos de dados mundiais da UNICEF, baseados em pesquisas demográficas e de saúde (DHS, na sigla em inglês), pesquisas de indicadores múltiplos por conglomerados (MICS, na sigla em inglês) e outras pesquisas nacionais, 2013–2019, 2020, data.unicef.org; UNICEF, *COVID-19: A threat to progress against child marriage*, Nova Iorque, UNICEF, 2021, página 10, <https://data.unicef.org/resources/covid-19-a-threat-to-progress-against-child-marriage/>
- 8 UNICEF, *Base de datos mundial sobre matrimonio infantil. Atualizada em outubro de 2021*, 2021, <https://data.unicef.org/topic/child-protection/child-marriage/>
- 9 UNICEF, *Perfil del matrimonio infantil y las uniones tempranas en América Latina y el Caribe*, Nova Iorque, UNICEF, 2018, <https://data.unicef.org/resources/child-marriage-latest-trends-and-future-prospects/>
- 10 UNICEF, *Perfil del matrimonio infantil y las uniones tempranas en América Latina y el Caribe*, Nova Iorque, UNICEF, 2019, pp. 7, <https://www.unicef.org/lac/media/7301/file/PDF%20Perfil%20del%20matrimonio%20infantil%20y%20las%20uniones%20tempranas%20en%20ALC.pdf>
- 11 UNICEF, *Child marriage*, Nova Iorque, UNICEF, 2021, <https://data.unicef.org/topic/child-protection/child-marriage/> (Acesso em 4 de agosto de 2021)
- 12 E. Rivero e J.L. Palma, *Informe sobre uniones tempranas en México: Resumen Ejecutivo*, Mexico City, INSAD, 2017, pp. 6
- 13 UNFPA e UNICEF, *Documento de programa de la segunda fase del Programa Mundial UNFPA/UNICEF para acelerar las medidas para poner fin al matrimonio infantil (2020–2023)*, Nova Iorque, UNFPA/UNICEF, 2019, pp. 18–23.
- 14 UNICEF, *COVID-19: A threat to progress against child marriage*, Nova Iorque, UNICEF, 2021, pp. 10, <https://data.unicef.org/resources/covid-19-a-threat-to-progress-against-child-marriage/>
- 15 UNICEF, *Perfil del matrimonio infantil y las uniones tempranas en América Latina y el Caribe*, New York, UNICEF, 2019, pp. 4, 8, 10, <https://www.unicef.org/lac/media/7301/file/PDF%20Perfil%20del%20matrimonio%20infantil%20y%20las%20uniones%20tempranas%20en%20ALC.pdf>
- 16 UNICEF, *COVID-19: A threat to progress against child marriage*, New York, UNICEF, 2021, <https://data.unicef.org/resources/covid-19-a-threat-to-progress-against-child-marriage/>
- 17 UNFPA, *Impact of the COVID-19 Pandemic on Family Planning and Ending Gender-based Violence, Female Genital Mutilation and Child Marriage. Nota Técnica Interina (27 de abril de 2020)*, 2020, https://www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/COVID-19_impact_brief_for_UNFPA_24_April_2020_1.pdf (Acesso em 9 de agosto de 2021)
- 18 A.Y. Taylor, E. Murphy-Graham, et al., 'Child marriages and unions in Latin America: Understanding the roles of agency and social norms', *Journal of Adolescent Health*, 64, 4, 2019, pp. 49–50, [https://www.jahonline.org/article/S1054-139X\(19\)30007-2/fulltext](https://www.jahonline.org/article/S1054-139X(19)30007-2/fulltext)
- 19 Grupo de Trabalho sobre CUIPF e Sexualidade, *Hacer frente al tabú: La sexualidad y los programas transformadores de género para abordar los matrimonios y las uniones infantiles, tempranas y forzadas*, *Girls Not Brides*, 2019, https://www.girlsnotbrides.es/documents/909/Tackling-the-Taboo_Full-Report_Spanish-LR.pdf
- 20 Ibid.
- 21 Barbados, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Santa Lúcia, Suriname, Trinidad e Tobago e Venezuela.
- 22 Grupo de Trabalho sobre CUIPF e Sexualidade, *Hacer frente al tabú: la sexualidad y los programas transformadores de género para abordar los matrimonios y las uniones infantiles, tempranas y forzadas*, pp. 5, Sumário executivo, <https://www.girlsnotbrides.org/documents/910/Exec-Summary-SPANISH-LR.pdf>
- 23 UNFPA, *Women & Girls Safe Spaces, A guidance note based on lessons learned from the Syrian crisis*, New York, UNFPA, 2015, pp. 5, <https://www.unfpa.org/resources/women-girls-safe-spaces-guidance-note-based-lessons-learned-syrian-crisis>
- 24 Todas as porcentagens utilizam como denominador o número de pessoas que responderam à pergunta; nem todas as organizações responderam a todas as perguntas.
- 25 *Girls Not Brides* e *MiraQueTeMiro*, *Mapeo Cohorte*, documento inédito, Ciudad de México, *Girls Not Brides//MiraQueTeMiro*, 2019





- 26 Governo de Belize, *Road Map to End Child Marriage & Early Unions in Belize*, Belize City, UNFPA, NCFC, UNICEF, 2020, <https://www.unicef.org/belize/media/1966/file/Road%20Map%20To%20End%20Child%20Marriage%20and%20Early%20Unions%20in%20Belize-NCFC%20UNICEF%20&%20UNFPA-2020.pdf> (Acesso em 15 de setembro de 2021)
- 27 Presidência de República Dominicana, *Gabinete de Niñez y Adolescencia avanza en definición de políticas contra uniones tempranas y embarazo adolescente (14 de janeiro de 2021)*, <https://presidencia.gob.do/noticias/gabinete-de-ninez-y-adolescencia-avanza-en-definicion-de-politicas-contras-uniones> (Acesso em 15 de setembro de 2021).
- 28 P. Montgomery e W. Knerr, *Review of the Evidence on Sexuality Education. Report to inform the update of the UNESCO International Technical Guidance on Sexuality Education*, Oxford, Centro de Intervenção Baseada em Evidência (CEBI), Universidade de Oxford, 2016, pp. 18, 22–24, 43, <https://www.gcedclearinghouse.org/sites/default/files/resources/180165eng.pdf>
- 29 Grupo de Trabalho sobre CUIPF e Sexualidade, *Hacer frente al tabú: La sexualidad y los programas transformadores de género para abordar los matrimonios y las uniones infantiles, tempranas y forzadas*, London, *Girls Not Brides*, 2019, pp. 19–20, https://www.girlsnotbrides.es/documents/909/Tackling-the-Taboo_Full-Report_Spanish-LR.pdf
- 30 Habitat Mujer, na Colômbia, treina trabalhadores de proximidade para promover o acesso aos serviços DSSR, com ênfase no aborto seguro e legal.
- 31 C. Belles-Obrero e M. Lombardi, 'Will you marry me later? Age-of-marriage laws and child marriages in Mexico', *Journal of Human Resources*, 139, 2019, 10621R2, https://cega.berkeley.edu/wp-content/uploads/2020/03/Lombardi_PacDev2020.pdf
- 32 E. Meneses e M. Ramirez, *Fecundidad en niñas y adolescentes de 10 a 14 años, niveles, tendencias y caracterización sociodemográfica de las menores y de los padres de sus hijos(as), a partir de las estadísticas del registro de nacimiento, 1990-2016*, México, Consejo Nacional de Población (CONAPO), 2018, pp. 47, 51, 54 (Acesso em 12 de agosto de 2019)
- 33 P. Broll e C. Garcés, *Las uniones infantiles forzadas: de la reforma legal a la disrupción social-Investigación formativa en cinco comunidades en Chisec Alta Verapaz*, Cidade de Guatemala, Population Council, 2018, pp. 9, https://knowledgecommons.popcouncil.org/departments_sbsr-pgy/459/
- 34 Comissão Inter-Americana de Mujeres, *Mecanismo de Seguimiento de la Convención de Belém do Pará (MESECVI). Informe hemisférico sobre violencia sexual y embarazo infantil en los Estados parte de la Convención de Belém do Pará*, Washington DC, MESECVI, 2016, pp. 56–60, <https://www.oas.org/en/mese cvi/docs/mese cvi-embarazoinfantil-es.pdf>
- 35 E. Batrya e L.M. Pesando, 'Trends in child marriage and new evidence on the selective impact of changes in age-at-marriage laws on early marriage', *SSM-Population Health*, 14, 2021, 100811, <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2352827321000860?via%3Dihub>
- 36 M. Collin e T. Talbot, *Do age of marriage laws work? Evidence from a large sample of developing countries*. CGD Working Paper 458, Washington DC, Centro para o Desenvolvimento Global, 2017, <https://www.cgdev.org/publication/do-age-marriage-laws-work-evidence-large-sample-developing-countries>
- 37 Grupo de Trabalho sobre CUIPF e Sexualidade, *Hacer frente al tabú: La sexualidad y los programas transformadores de género para abordar los matrimonios y las uniones infantiles, tempranas y forzadas*, Londres, *Girls Not Brides*, 2019, https://www.girlsnotbrides.es/documents/909/Tackling-the-Taboo_Full-Report_Spanish-LR.pdf
- 38 RESURJ, *Beyond Criminalization: A feminist questioning of criminal justice interventions to address sexual and reproductive health rights violations*, <https://resurj.org/resource/desk-review-report-beyond-criminalization-a-feminist-questioning-of-criminal-justice-interventions-to-address-sexual-and-reproductive-rights-violations/>
- 39 Grupo de Trabalho sobre CUIPF e Sexualidade, *Hacer frente al tabú: La sexualidad y los programas transformadores de género para abordar los matrimonios y las uniones infantiles, tempranas y forzadas*, 2019, Resumen ejecutivo, <https://www.girlsnotbrides.org/documents/910/Exec-Summary-SPANISH-LR.pdf>
- 40 UNESCO, UNAIDS, UNFPA, UNICEF, UN Women, WHO, *Orientaciones técnicas internacionales sobre educación en sexualidad: un enfoque basado en la evidencia. Edición revisada*, Paris, UNESCO, 2018, https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260840_spa/PDF/260840spa.pdf.multi
- 41 Indicador 5.3.1: Proporção de mulheres com idade de 20 a 24 anos que casaram ou viveram em união de fato antes dos 15 anos e antes dos 18 anos de idade. Divisão de Estatística das Nações Unidas, Repositório de Metadados dos ODS, Meta 5.3: Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas, <https://unstats.un.org/sdgs/metadata/?Text=&Goal=5&Target=5.3> (Acesso em 9 de agosto de 2021)
- 42 Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, *Transformar nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, 2015, art. 4, <https://sdgs.un.org/2030agenda>





Para mais informações sobre a CUIPF e o Grupo de Trabalho sobre Sexualidade, contate Sarah Green (sgreen@ajws.org) e Anne Sprinkel (anne.sprinkel@care.org)